



METODOLOGIA DA EXEGESE



Missão

Promover um ensino que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando sua autonomia intelectual e a autorrealização, formando profissionais críticos e reflexivos com visão generalista e multidisciplinar, conscientes de seu papel social.”



Valores

A confiança, sensibilidade, flexão, justiça, honestidade, autodesenvolvimento, respeito ao próximo e percepção, empatia, descentralização e nobreza de espírito.”



Visão de futuro

Ser uma Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida pela excelência nos serviços educacionais, meios para que a sua comunidade acadêmica realize, em sua plenitude, as legítimas aspirações da pessoa humana, atuando em perfeita sintonia com a sociedade apoiada em valores éticos inalienáveis, buscando sempre a racionalização de recursos e a otimização de resultados, comprometida com as transformações do seu tempo.

Princípios institucionais

- ❧ Ética, consciente de sua responsabilidade social e compromissada com os valores de justiça, igualdade e fraternidade;
- ❧ Atuante no resgate da cidadania, na formação do cidadão como ser ético e político, consciente de suas responsabilidades, de seus direitos e deveres;
- ❧ Aglutinadora, aberta a todo o saber, crítica, criativa e competente;
- ❧ Comprometida com resultados;
- ❧ Aberta a parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração;

Sobre a Autor:**JOSIMIR ALBINO DO NASCIMENTO****FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Bacharel em Teologia com especialização em Línguas Bíblicas pela Faculdade de Teologia UNASP-EC (2011). Doutorado em Teologia Sistemática pela PUC-Rio (2019). Pós-Graduado em Produção Textual pela FAVENI (2023).

Tradutor de obras para a Casa Publicadora Brasileira (CPB) e para a UNASPRESS. Coordenador e professor de cursos de teologia para leigos e preparação de jovens missionários. Experiência em missiologia, soteriologia e eclesiologia, tendo em vista a atuação no ministério pastoral; escatologia, com foco nos livros de Daniel e Apocalipse; e em pneumatologia, através de estudos desse ramo que tem sido o centro da teologia em grande parte das denominações cristãs da atualidade desde o século dezenove. Atuação na área de responsabilidade social, com fundamentação na ética bíblica aplicada ao contexto contemporâneo.

APRESENTAÇÃO

Presado/a estudante,

A disciplina Metodologia da Exegese, oferecida pelo curso de Teologia da Faculdade Malta-FACMA, é imprescindível para o Bacharelado em Teologia, porque fornece as ferramentas e métodos necessários para a interpretação rigorosa, crítica e contextualizada das Escrituras Sagradas. Ela capacita o estudante a lidar com os textos bíblicos em seus idiomas originais, a considerar seus contextos históricos, culturais e literários, e a extrair com responsabilidade suas mensagens teológicas. Sem esse preparo metodológico, o teólogo corre o risco de interpretar de forma superficial, anacrônica ou até mesmo equivocada, a intenção original do texto e a sua aplicação pastoral e doutrinária. Em suma, a exegese é a base sólida sobre a qual se constrói uma teologia bíblica coerente, bem fundamentada e relevante para a igreja e a sociedade.

Na Unidade 1 “O TÓPICO CENTRAL SERÁ: FUNDAMENTOS DA EXEGESE BÍBLICA, NO QUAL SERÃO TRADADOS OS TEMAS: A) DEFINIÇÃO E DISTINÇÃO ENTRE EXEGESE E HERMENÊUTICA; B) A IMPORTÂNCIA DA EXEGESE PARA A TEOLOGIA E A PREGAÇÃO; C) AS ETAPAS DA ANÁLISE EXEGÉTICA; D) INTRODUÇÃO AO USO DE DICIONÁRIOS, LÉXICOS E CONCORDÂNCIAS”. O tópico “fundamentos da exegese bíblica” oferece as bases conceituais e práticas para uma interpretação coerente das Escrituras. Compreender a diferença entre exegese e hermenêutica, possibilita o desenvolvimento de uma abordagem mais precisa do texto bíblico, evitando interpretações subjetivas ou descontextualizadas. Além disso, ao explorar a importância da exegese para a teologia e a pregação, somos habilitados para a adequada formação doutrinária, pastoral e homilética. O domínio das etapas da análise exegética e o uso apropriado de ferramentas como léxicos, dicionários e concordâncias capacitam o futuro teólogo a extrair com fidelidade o sentido original do texto, contribuindo para uma teologia bíblica sólida e relevante.

Na Unidade 2 “ESTUDAREMOS COMO TEMA CENTRAL: A FONTE E O CONTEXTO DO TEXTO BÍBLICO, NO QUAL TRATAREMOS: A) FORMAÇÃO E TRANSMISSÃO DO TEXTO BÍBLICO; B) ORIGEM E EVOLUÇÃO DA HERMENÊUTICA (DE

SCHLEIERMACHER A GADAMER); C) O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DOS TEXTOS BÍBLICOS. O tema “a fonte e o contexto do texto bíblico”, com ênfase na compreensão da formação e transmissão do texto sagrado, desde suas origens orais até as edições críticas modernas abrem a compreensão dos aspectos históricos do tema. A evolução da hermenêutica bíblica, destacando contribuições de autores como Schleiermacher e Gadamer, influenciaram a interpretação contemporânea. O contexto histórico-social em que os textos foram produzidos, lança luz à compreensão do intérprete para uma leitura mais precisa e situada. Por isso, o panorama do Antigo e do Novo Testamento, abordando questões de autoria, datas e situações históricas são relevantes para a correta compreensão do conteúdo bíblico.

Na Unidade 3 “A SEÇÃO EXPLORARÁ O TEMA: LINGUAGEM, GÊNERO E DISCURSO, NO QUAL ABORDAREMOS: A) A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DA SINTASE E DA SEMÂNTICA DAS LÍNGUAS BÍBLICAS PARA A COESÃO TEXTUAL; B) GÊNEROS LITERÁRIOS BÍBLICOS: NARRATIVA, POESIA, PROFECIA E EPÍSTOLAS; C) ANÁLISE DISCURSIVA: ESTRUTURA, REPETIÇÕES, PARALELISMOS E FIGURAS DE LINGUAGEM”. O desenvolvimento do tema “linguagem, gênero e discurso”, com atenção especial à importância da análise sintática e semântica das línguas originais da Bíblia — hebraico, aramaico e grego — fornece a base para uma exegese precisa e fundamentada. Os gêneros literários bíblicos, como narrativa, poesia, profecia e epístolas, levam-nos a compreender as suas características e as implicações interpretativas. A análise discursiva, considerando elementos como estrutura textual, repetições, paralelismos e figuras de linguagem, são essenciais para captar a intenção do texto e para a interpretação contextualizada das Escrituras.

Na Unidade 4 “O TÓPICO CENTRAL SERÁ: A TEOLOGIA DO TEXTO BÍBLICO, NO QUAL SERÃO ABORDADOS OS TEMAS: A) A RELAÇÃO ENTRE EXEGESE E TEOLOGIA BÍBLICA; B) A TEOLOGIA DOS AUTORES E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO; C) A MENSAGEM CENTRAL DO TEXTO E SUAS IMPLICAÇÕES TEOLÓGICAS; D) A INTERPRETAÇÃO À LUZ DA REVELAÇÃO PROGRESSIVA E DA UNIDADE BÍBLICA”. O tema “a teologia do texto bíblico”, com o objetivo de refletir sobre a relação entre exegese e teologia bíblica, mostra como a

interpretação correta do texto sustenta e enriquece a construção teológica. O estudo da teologia dos autores bíblicos põe em relevo a sua influência na elaboração das mensagens contidas nos textos sagrados. A investigação da mensagem central dos textos e suas implicações teológicas corroboram para a fé e a prática cristã. Ao levar em consideração a interpretação bíblica à luz da revelação progressiva e da unidade das Escrituras, a visão integrada e coerente da teologia bíblica ao longo da história da salvação se abre ao entendimento do investigador.

Prof. Josimir Albino do Nascimento (ThD)

Sumário

UNIDADE 1 - FUNDAMENTOS DA EXEGESE BÍBLICA: DEFINIÇÕES, IMPORTÂNCIA, ETAPAS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE	9
Definição e Distinção entre Exegese e Hermenêutica	9
A Importância da Exegese para a Teologia e a Pregação	9
As Etapas da Análise Exegética	10
Introdução ao Uso de Dicionários, Léxicos e Concordâncias	13
INDICAÇÃO DE VÍDEO:	16
LEITURA COMPLEMENTAR	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
HORA DE REVISAR	17
REFERÊNCIAS	18
UNIDADE 2 - A FONTE E O CONTEXTO DO TEXTO BÍBLICO: SUA FORMAÇÃO E TRANSMISSÃO; O DESENVOLVIMENTO DA HERMENÊUTICA, DE SCHLEIERMACHER A GADAMER; O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DOS TEXTOS BÍBLICOS; E PANORAMA DO ANTIGO E DO NOVO TESTAMENTO, AUTORIA, DATAS E SITUAÇÕES HISTÓRICAS	20
Glossário	20
Formação e transmissão do texto bíblico	21
O desenvolvimento da hermenêutica, de Schleiermacher a Gadamer	24
O contexto histórico-social dos textos bíblicos	28
INDICAÇÃO DE VÍDEO:	30
LEITURA COMPLEMENTAR	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
HORA DE REVISAR	32
REFERÊNCIAS	33
UNIDADE 3 - LINGUAGEM, GÊNERO E DISCURSO: A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DA SINTASE E DA SEMÂNTICA DAS LÍNGUAS BÍBLICAS PARA A COESÃO TEXTUAL; OS GÊNEROS LITERÁRIOS BÍBLICOS - NARRATIVA, POESIA, PROFECIA E EPÍSTOLAS; ASPECTOS DA ANÁLISE DISCURSIVA - ESTRUTURA, REPETIÇÕES, PARALELISMOS E FIGURAS DE LINGUAGEM	35
Glossário	35
A relevância da sintaxe e da semântica bíblicas	36
Gêneros Literários Bíblicos: Narrativa, Poesia, Profecia e Epístolas	40
Elementos da Análise Discursiva: Estrutura, Repetições, Paralelismos e Figuras de Linguagem	42

INDICAÇÃO DE VÍDEO:	45
LEITURA COMPLEMENTAR	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
HORA DE REVISAR	46
REFERÊNCIAS	47
UNIDADE 4 - A TEOLOGIA DO TEXTO BÍBLICO: A RELAÇÃO ENTRE EXEGESE E TEOLOGIA BÍBLICA; A TEOLOGIA DOS AUTORES E A SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO; A MENSAGEM CENTRAL DO TEXTO E SUAS IMPLICAÇÕES TEOLÓGICAS; E A INTERPRETAÇÃO À LUZ DA REVELAÇÃO PROGRESSIVA E DA UNIDADE DAS ESCRITURAS.	48
A relação entre exegese e teologia bíblica	48
A influência da teologia dos autores na composição do texto	50
Mensagem central e implicações teológicas	51
A interpretação baseada na revelação progressiva e na unidade bíblica	52
INDICAÇÃO DE VÍDEO:	54
LEITURA COMPLEMENTAR	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
HORA DE REVISAR	55
REFERÊNCIAS	56

UNIDADE 1 - FUNDAMENTOS DA EXEGESE BÍBLICA: DEFINIÇÕES, IMPORTÂNCIA, ETAPAS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Objetivos:

- **Definição e Distinção entre Exegese e Hermenêutica.**
- **A Importância da Exegese para a Teologia e a Pregação.**
- **As Etapas da Análise Exegética.**
- **Introdução ao Uso de Dicionários, Léxicos e Concordâncias.**

Definição e Distinção entre Exegese e Hermenêutica

A exploração conceitual das diferenças e ligações entre os dois campos de estudo nos leva ao entendimento das funções distintas. Champlin (2013, v. 2, p. 617) explica o termo *exegese* a partir da sua raiz grega: *ex* “fora”, e *agein* (guiar, liderar ou explicar). Dessa forma, conforme o autor, a palavra portuguesa *exegese* indica “narrativa, tradução ou interpretação”, ou seja, “a *exegese* aponta para a interpretação de alguma passagem literária específica”.

Por outro lado, os princípios gerais aplicados à interpretação são denominados *hermenêutica*. Benthó (2016, p. 55) explica que a *hermenêutica bíblica* constitui o ramo da Teologia Exegética responsável por sistematizar os princípios e métodos utilizados na interpretação das Escrituras Sagradas, bem como por orientar sua aplicação adequada. Seu propósito fundamental é estabelecer diretrizes gerais e específicas que possibilitem a apreensão do sentido intencionado pelo autor inspirado no momento da composição do texto sagrado.

Portanto, trata-se de uma ciência voltada à compreensão do conteúdo bíblico. Em termos resumidos, a hermenêutica pode ser definida como a ciência normativa da interpretação, enquanto a exegese representa a prática interpretativa que aplica esses princípios com o intuito de extrair e comunicar o significado genuíno do texto.

A Importância da Exegese para a Teologia e a Pregação

A exegese fundamenta a construção teológica e fortalece a fidelidade na

comunicação da Palavra. Lund (2001, p. 8, 11-12), tratando da importância do conhecimento exegético para a pregação, afirma que uma das primeiras ciências que o pregador deve conhecer é a hermenêutica, embora muitos sequer conheçam seu nome. Ele a define como a arte de interpretar textos, especialmente no contexto da teologia exegética, voltada para a correta compreensão das Escrituras.

As Escrituras abordam temas vastos e profundos — o céu e a terra, o tempo e a eternidade, as questões materiais e às espirituais — e foram escritas por autores diversos, em contextos culturais, históricos e linguísticos distintos. Diante dessa complexidade, a hermenêutica se torna essencial para a correta interpretação e compreensão do texto sagrado. Fee (2000, p. 17), citando George Eldon Ladd, chamou a atenção para o fato de que “a Bíblia é a Palavra de Deus dada nas palavras de (pessoas) na história”. É esta natureza dupla da Bíblia, observa, que exige da nossa parte a tarefa de interpretação.

Se essa exigência é essencial para o leitor da Sagrada Escritura, para o pregador, ela é ainda mais acentuada, pela responsabilidade que sobre ele repousa como um arauto do Evangelho, conforme o apóstolo Paulo aconselhou ao jovem pastor Timóteo: “Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade” (2 Timóteo 2:15 ARA).

As Etapas da Análise Exegética

Ao descrever o processo metodológico necessário para uma interpretação bíblica rigorosa, é preciso levar em consideração alguns importantes parâmetros, o primeiro dos quais enuncia, conforme Müller (2007, p. 113) que “a Palavra de Deus não está cultural e historicamente condicionada, mas culturalmente/historicamente constituída. Ela transcende culturas e nos alcança hoje”.

Por isso, a primeira tarefa do exegeta é procurar entender o que o texto bíblico significava no seu ambiente original. Müller (2007, p. 112), enfaticamente afirma que princípios oriundos da filosofia, psicologia e sociologia não devem governar a interpretação das Escrituras. Embora tradição e ciência tenham seu devido valor na experiência humana, não são critérios determinantes para questões de fé.

Müller (2007, p. 113-134) sugere os seguintes passos para a interpretação do

texto bíblico, tanto de um verso pequeno quanto de um texto mais longo com vários versos. Essas etapas básicas são essenciais e devem obedecer à seguinte ordem cronológica:

1. Buscar a Deus em oração

As coisas espirituais se discernem espiritualmente, por isso é imprescindível buscar a Deus em oração antes de começar o processo (1Co 2:14). Exemplo de interação entre oração e estudo é Daniel 9:1-19.

2. Ler o texto

Há uma bênção para os que leem as Escrituras (Ap 1:3). Jesus leu as Escrituras antes de começar a interpretá-las (Lc 4:21-27).

3. Usar a melhor versão possível

Dentre os documentos antigos, a Bíblia é o mais confiável. No entanto, há milhares de manuscritos apenas do Novo Testamento, sem contar o Antigo, por isso, devemos procurar o melhor texto entre as traduções literais produzidas pelos especialistas. As traduções da Bíblia podem ser classificadas em três grandes categorias, conforme o método de tradução: 1) Equivalência formal (literal) – traduz palavra por palavra, buscando manter a estrutura e os termos originais; 2) Equivalência dinâmica (funcional) – busca transmitir o sentido das frases, adaptando a linguagem para melhor compreensão do leitor contemporâneo; 3) Paráfrase – não é uma tradução técnica, mas uma reformulação livre, voltada para tornar a mensagem acessível e atual.

Exemplo de versões literais são: Almeida Revista e Atualizada (ARA); Almeida Revista e Corrigida (ARC); Almeida Corrigida Fiel (ACF); a Bíblia de Jerusalém (BJ); Bíblia Textual (BTX); Bíblia King James Atualizada (BKJA); Bíblia Judaica Completa (BJC). Essas versões são as melhores para a análise do texto bíblico. As versões parafraseadas são: A Bíblia Viva; A Mensagem; Nova Bíblia Viva (NBV). As versões funcionais são: Nova Almeida Atualizada (NAA); Nova Versão Internacional (NVI); Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH). Essas versões pretendem fazer o equilíbrio entre a tradução literal e a parafraseada.

4. Traduzir o texto

Uma possibilidade para quem não conhece os idiomas originais é usar dicionários e léxicos e alguns aplicativos, tais como a Bíblia Strong; a Bíblia JFA; a Bíblia Comentada; etc. Outro recurso é a utilização de Bíblias interlineares. A Sociedade Bíblica do Brasil já possui todos os livros da Bíblia em tradução interlinear – do Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento para o Português; e do Grego do Novo Testamento para o Português.

5. Investigar o contexto

No Evangelho de Mateus 19:4-8, o Senhor Jesus aborda a questão do divórcio, citando o contexto da Criação. Para isso recorre ao Antigo Testamento, onde está o contexto mais amplo, depois confirma o princípio de que as Escrituras são o seu próprio intérprete. O contexto explica: Quando; qual; quem; o que; por quê.

6. Analisar o texto

O texto escolhido pode ter sido escrito utilizando uma forma literária específica, como Quiasmo, com paralelismos; outros, com o esboço acróstico, como ocorre em alguns salmos. A análise do texto inclui a investigação da sua estrutura, sua forma literária, palavras individuais, frases, sentenças e grandes unidades. Um recurso útil é o esboço, que permite perceber os problemas que o autor apresentou, a sua principal linha de raciocínio, as digressões que fez, e os arranjos do material.

7. Fazer análise teológica

Em Lucas 4:14 a 27 é retratado o discurso do Senhor Jesus na sinagoga de Nazaré. Na sua abordagem sobre libertação, Ele inclui os pagãos, uma proposta bem diferente dos intérpretes contemporâneos. Ele liberta os marginalizados e sofredores da sociedade. Essa é uma abordagem nova, como ocorreu em Mateus 19:1-12, quando desenvolveu uma teologia de casamento edificada sobre Gênesis 1-2.

8. Aplicar o texto

Significa fazer uma adaptação ao contexto atual. O apóstolo Paulo apresenta situações ocorridas no Antigo Testamento como *figuras* escritas como aviso aos seus contemporâneos neotestamentários (1Co 10:6, 11).

O mesmo acontece quando afirma em Hebreus 12:1-2 “Portanto, também nós, visto que temos a rodear-nos tão grande nuvem de testemunhas [...]”; ou seja, o que Deus fez no passado se aplica às últimas gerações. “Os crentes participam da história da salvação e nela são incorporados”.

9. Usar recursos

Os autores bíblicos usavam os recursos disponíveis em seu tempo. Alguns estavam familiarizados com a literatura não-bíblica e, quando precisava, usavam como ilustração para a pregação do evangelho. Assim, Paulo faz referência a poetas gregos (At 17:28) e cita um profeta cretense (Tt 1:12). O senhor Jesus usava os recursos disponíveis quando dizia: “E por que andais ansiosos quanto ao vestuário? Considerai os lírios do campo, como eles crescem; não trabalham nem fiam. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles” (Mt 6:28-29). Quando pronunciava as Suas parábolas, Ele chamava a atenção do desconhecido pelo que podia ser visto e compreendido pelos Seus contemporâneos. Portanto, usava os recursos visuais e apelava à imaginação dos Seus ouvintes ao aplicar os recursos disponíveis para explicar as verdades das Escrituras.

Portanto, os recursos materiais devem ser usados como ferramentas exegéticas, pois são úteis para fornecer informações de fundo histórico, exegético e teológico. As literaturas secundárias e extrabíblicas podem ser usadas depois de cuidadoso exame, quando corroborarem para realçar algum aspecto da verdade.

Introdução ao Uso de Dicionários, Léxicos e Concordâncias.

Como já foi abordado, o objetivo da exegese é compreender o significado original e contextual do texto bíblico. No entanto, há um desafio linguístico, tendo em vista que a Bíblia foi escrita em hebraico, aramaico e grego — línguas com estruturas e nuances próprias. Portanto, há necessidade de ferramentas auxiliares, tais como o uso de dicionários, léxicos e concordâncias que ajudam a recuperar o significado exato das palavras dentro do seu contexto gramatical, histórico e teológico.

Uma verdade em torno do intérprete e que o exegeta não deve depender apenas de traduções — mas buscar o texto em sua fonte original, daí a necessidade de ferramentas adequada para o trabalho exegetico. Por isso, deve compreender os conceitos fundamentais e as diferenças entre as ferramentas, que listaremos abaixo:

1. Dicionários Bíblicos. São ferramentas que explicam termos teológicos, nomes próprios, locais, conceitos e objetos. Ajudam a entender termos em seu contexto teológico e cultural. Bons exemplos são: *Dicionário Vine*, *Dicionário Bíblico Wycliffe*, *Dicionário Internacional de Teologia do AT/NT*.
2. Léxicos. São ferramentas técnicas que apresentam o significado das palavras hebraicas, aramaicas ou gregas conforme o uso nos textos originais. Eles diferem dos dicionários porque se concentram no uso linguístico e contextual das palavras originais, e são essenciais para definir o sentido da palavra em diferentes contextos bíblicos. Alguns exemplos: *Léxico de Brown-Driver-Briggs (hebraico)*, *Léxico de Thayer (grego)*, *Bauer-Danker-Arndt-Gingrich (BDAG)*.
3. Concordâncias. Catalogam listas alfabéticas de todas as ocorrências de uma palavra na Bíblia, com suas referências e permitem rastrear o uso repetido de um termo e estabelecer sua frequência, padrão de uso e evolução semântica. Por isso, facilitam o estudo comparativo e temático de palavras-chave nas Escrituras. Alguns exemplos, são: *Strong's Exhaustive Concordance*, *Young's Analytical Concordance*, *Concordância Bíblica de Strong em Português da Abba Press*, *Concordância Bíblica – Versão Almeida Revista e Atualizada (SBB)*.
4. Algumas ferramentas digitais muito úteis são:
 - Blue Letter Bible (gratuito) (com suporte parcial em português) – <https://www.blueletterbible.org>
 - BibleHub.com (gratuito) Site: www.biblehub.com
 - Logos Bíblia (Português) – <https://pt.logos.com>
 - e-Sword (gratuito) – www.e-sword.net

➤ SBB Concordância Online – <https://biblia.sbb.org.br>

Há importantes critérios para nortear o uso dessas ferramentas e que não podem ser olvidados pelo exegeta. Vamos tomar por exemplo, Mateus 6:33, depois vamos seguir quatro passos em progressão dinâmica com a finalidade de usar adequadamente as ferramentas para uma análise equilibrada do texto:

1. Identifique uma palavra-chave no texto bíblico.
“justiça” (Mt 6:33).
2. Use uma concordância para localizar todas as ocorrências.
Strong nº 1343 → *dikaíosýnē*.
3. Consulte o léxico para definir o sentido original.
“Justiça” no NT refere-se não apenas a comportamento moral, mas à relação correta com Deus e com os outros. Às vezes é personificada no Senhor Jesus
4. Utilize dicionários teológicos para ver implicações doutrinárias.
Significado de “justiça” em Paulo e nos Evangelhos, notando as diferenças.

Ao usar as ferramentas hermenêuticas deve-se tomar alguns cuidados. a) O sentido de uma palavra não é definido apenas por sua raiz, por isso, deve-se evitar a falácia da etimologia; b) uma palavra pode ter significados diferentes em contextos distintos, então, considere o contexto; c) evitar sobrecarga semântica, ou seja, não atribuir a todas as ocorrências todos os sentidos possíveis da palavra; e d) não substituir o texto por ferramentas: elas são auxiliares, não a autoridade final.

Concluindo, o uso correto de dicionários, léxicos e concordâncias não apenas enriquece o estudo bíblico, mas evita distorções. Além disso, essas ferramentas ajudam o pregador, o professor e o teólogo a serem fiéis ao texto original, comunicando com clareza e profundidade o que Deus revelou. Dessa maneira podemos sintetizar:

- a) Dicionários explicam.
- b) Léxicos aprofundam.
- c) Concordâncias conectam.

INDICAÇÃO DE VÍDEO:

[O professor Cássio Murilo dias da Silva faz o lançamento da segunda edição ampliada do seu livro “Metodologia da exegese bíblica”, porém, durante a sua exposição, apresenta importantes informações sobre o tema e, a partir dos 48 minutos e 42 segundos de exposição, ele faz comentários valiosos sobre avanços atuais nos estudos exegeticos. Assista o vídeo: **Diálogos Bíblicos na ABIB: Metodologia de Exegese Bíblica Versão 2.0**. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/PYRD2qYyC7Q>. Acesso em 17 jun. 2025.]

LEITURA COMPLEMENTAR

Jubal Gonçalves faz uma exposição curta, porém pontual, reunindo os elementos essenciais para o preparo exegetico do sermão no artigo, “A importância da exegese para o sermão”. Tendo em vista a exposição curta, a anotação dos detalhes será de fácil memorização. Gonçalves, Jubal. “A importância da exegese para o sermão”. SEMINÁRIO TEOLÓGICO SERVO DE CRISTO. Artigo disponível em: https://www.servodecristo.org.br/post/a-importancia-da-exegese-para-o-sermao?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 18 jun. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta primeira Unidade proporcionou informações indispensáveis para a formulação exegetica, elucidando conceitos fundamentais, como a distinção entre exegese e hermenêutica, a importância teológica e homilética da correta interpretação bíblica, as etapas essenciais do processo analítico e o uso criterioso de ferramentas auxiliares como dicionários, léxicos e concordâncias. A exegese, ao buscar compreender o texto em seu contexto original, fortalece a fidelidade à mensagem divina e capacita o intérprete a transmitir a Palavra com o máximo de precisão possível e com responsabilidade. Compreender que a Bíblia é simultaneamente Palavra de Deus e produto de contextos históricos específicos, exige um trabalho sério, espiritual e técnico. Dessa forma, ao integrar oração, reverência, método e ferramentas, o estudante das Escrituras se torna um verdadeiro obreiro aprovado, que maneja bem a palavra da verdade (2Tm 2:15), servindo à igreja e à sociedade com ensino bíblico coerente, contextualizado e transformador.

HORA DE REVISAR

Esta unidade apresentou os fundamentos da exegese bíblica, distinguindo-a da hermenêutica e destacando sua importância para a teologia e a pregação. Foram exploradas as etapas essenciais do processo exegético — desde a oração inicial até a aplicação do texto — e ressaltou a necessidade do uso criterioso de ferramentas como dicionários, léxicos e concordâncias. A correta interpretação das Escrituras requer não apenas métodos técnicos, mas também sensibilidade espiritual, respeito ao contexto original e fidelidade ao propósito do texto sagrado. Ao unir essas dimensões, o intérprete pode comunicar com clareza e profundidade a mensagem divina à geração atual.

REFERÊNCIAS

BENTHO, E. Costa. **Hermenêutica fácil e descomplicada**: como interpretar a bíblia de maneira prática e eficaz. Rio de Janeiro: CPAD, 2016.

BÍBLIA SAGRADA: **Almeida Revista e Atualizada** (J. Ferreira de Almeida, Trad.). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

BÍBLIA SAGRADA: **Nova Tradução na Linguagem de Hoje**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BROWN, F.; DRIVER, S. R.; BRIGGS, C. A. **Léxico Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento** (BDB). São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

CHAMPLIN, R. N. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. São Paulo: Hagnos, 2013.

COENEN, Lothar e Colin Brown. Ed. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. 2ª ed. Traduzido por Gordon Chwon. São Paulo: Vida Nova, 2000.

FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lês?**: um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica. São Paulo: Vida, 2000.

GINGRICH, F. Wilbur e Frederick W. Danker. **Léxico do Novo Testamento Grego/Português** (LNTGP). São Paulo: Vida Nova, 1984.

HARRIS, R. Laird; Gleason L. Archer, Jr., Bruce K. Waltke. Ed. **Dicionário internacional de teologia do antigo testamento**. Traduzido por Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão e Carls Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.

KAISER Jr., Walter C.; SILVA, Moisés. **Introdução à Hermenêutica Bíblica: O Caminho para a Interpretação das Escrituras**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard (orgs.). **Teologia do Novo Testamento: Léxico Teológico**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2011.

KLEIN, William W.; BLOMBERG, Craig L.; HUBBARD, Robert L. **Introdução à Interpretação Bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2006.

LUND, E. **Hermenêutica**. São Paulo: Vida, 2001.

MÜLLER, Ekkehardt. "Diretrizes para a interpretação das Escrituras". In: REID, George W. **Compreendendo as Escrituras**, p. 111-134. Engenheiro Coelho, SP: UNASPRESS, 2007.

ROBINSON, William E.; SILVA, Moisés. **Fundamentos da Interpretação Bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2021.

SILVA, Moisés. **Interpretação Bíblica: Princípios e Aplicações**. São Paulo: Vida Nova, 2002.

STRONG, James. **Concordância Bíblica Exhaustiva**. São Paulo: Abba Press, 2005.

_____. **The Strongest Strong's Exhaustive Concordance of the Bible**. Revised by John R. Kohlenberger III and James A. Swanson. Grand Rapids, MI: Zondervan, 2001.

THAYER, Joseph H. **Léxico do Novo Testamento Grego-Português**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

TRONG, James. **Concordância Bíblica Exhaustiva**. São Paulo: Abba Press, 2005.

VINE, W. E. Dicionário Vine: **Expositivo de Palavras do Antigo e do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

WYCLIFFE. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2006.

UNIDADE 2 - A FONTE E O CONTEXTO DO TEXTO BÍBLICO: SUA FORMAÇÃO E TRANSMISSÃO; O DESENVOLVIMENTO DA HERMENÊUTICA, DE SCHLEIERMACHER A GADAMER; O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DOS TEXTOS BÍBLICOS; E PANORAMA DO ANTIGO E DO NOVO TESTAMENTO, AUTORIA, DATAS E SITUAÇÕES HISTÓRICAS.

Objetivos:

- Formação e transmissão do texto bíblico.
- O desenvolvimento da hermenêutica, de Schleiermacher a Gadamer.
- O contexto histórico-social dos textos bíblicos.

Glossário

Glosas - acréscimos ou interpolações feitos ao texto original por escribas ou editores posteriores, com a finalidade de Explicar, Atualizar, Adaptar a mensagem para um novo contexto histórico ou teológico.

Midrax - ou midrash, do hebraico מדרש é uma forma tradicional judaica de interpretação das Escrituras, que busca: Releitura criativa dos textos bíblicos, atualização da mensagem para novas situações históricas, sociais ou religiosas, exploração de sentidos mais profundos, muitas vezes por meio de parábolas, alegorias, comentários e histórias edificantes. O termo vem da raiz hebraica *darash* (דרש), que significa "buscar", "inquirir", "investigar".

Halacá - do hebraico הלכה, transliterado *halakháh*, que significa "caminho" ou "forma de andar" é o conjunto de leis e normas religiosas do judaísmo, baseadas na Torá escrita (os cinco livros de Moisés) e na Torá oral (interpretações interpretação *hagádica* rabínicas), que regulam todos os aspectos da vida do judeu.

Hagádica - ou *aggádica*, do hebraico אגדה – *aggadá*, que significa "narrativa" ou "tradição" é um tipo de exegese judaica que se concentra nos aspectos não legais da Bíblia Hebraica. Ela busca extrair ensinamentos éticos, espirituais, teológicos ou simbólicos a partir dos textos sagrados, muitas vezes usando histórias, parábolas, alegorias e metáforas.

Hexapla - é uma monumental obra crítica das Escrituras realizada por Orígenes, um dos mais influentes teólogos cristãos do século III. O nome vem do grego Ἑξαπλῆ (Hexaplâ), que significa "seis colunas", pois a obra dispunha seis

versões paralelas do Antigo Testamento, com o objetivo de comparar os diferentes textos e corrigir imprecisões.

Anagógico - do grego *anagōgē* – “elevação”, “ascensão” designa um dos quatro sentidos tradicionais da interpretação bíblica na teologia cristã medieval, especialmente utilizada por teólogos como Santo Agostinho e Tomás de Aquino.

Regula fidei - expressão latina que significa “regra de fé”, é um conceito teológico da Igreja cristã primitiva. Refere-se a um resumo normativo da fé apostólica, que orientava a interpretação correta das Escrituras e protegia contra heresias.

Dasein - modo específico de ser do ser humano, que se distingue de todos os outros seres, pois é capaz de se questionar sobre o sentido do ser.

Formação e transmissão do texto bíblico

Em relação à complexa formação do texto bíblico, Pedro Apolinário (1990, p. 153-170) explica que a canonização passou por um processo longo. O termo cânon, utilizado na tradição cristã para designar o conjunto dos livros sagrados, mantém desde sua etimologia, o sentido de norma, medida ou padrão regulador. Deriva do grego *kanōn*, cuja origem remonta ao hebraico *ganeh*, significando literalmente “vara de medir” ou “régua”. No grego clássico, o vocábulo adquiriu também um sentido figurado, sendo usado para indicar instrumentos de precisão como esquadro ou balança, e, por extensão, a ideia de regra segura ou critério.

Nos séculos II e III, os cristãos já empregavam expressões como “cânon da Igreja”, “cânon da fé” e “cânon da verdade” para se referirem aos fundamentos doutrinários da fé cristã. Esse uso revela a função normativa e fundante que determinados ensinamentos passaram a exercer nas comunidades cristãs.

A formalização do termo “cânon” para se referir à coleção dos livros sagrados ocorreu a partir do século IV, especialmente com Atanásio de Alexandria, que foi o primeiro a aplicar o termo de modo sistemático a uma lista definida de escritos inspirados. Inicialmente, cânon indicava apenas a lista dos livros aceitos como Escritura; com o tempo, passou a se referir também aos próprios textos, reconhecidos como normativos, autoritativos e inspirados.

Apolinário (1990, p. 155-158) explica como os livros do Antigo Testamento

foram canonizados e quem os organizou. Foi um processo gradual de reconhecimento, e não de imposição por autoridade eclesiástica. A divisão tripartida em Lei, Profetas e Escritos evidencia essa evolução histórica. A autoridade religiosa, posteriormente, apenas ratificou os livros que, ao longo do tempo, já eram aceitos como sagrados pela comunidade cristã.

A maioria dos estudiosos sustenta que Esdras e Neemias desempenharam um papel fundamental na coleção e preservação dos livros sagrados, concluindo o processo canônico entre 430 e 420 a.C., com alguns autores sugerindo especificamente o ano de 432 a.C. Essa tese é apoiada por evidências como:

- a) O conteúdo dos livros históricos do Antigo Testamento, que não relatam eventos posteriores ao século V a.C.;
- b) O testemunho do historiador Flávio Josefo, que em *Contra Ápion* (1.8), afirma que o cânon já era considerado fechado no tempo de Esdras.

Josefo também descreve os princípios que definem o cânon judaico, entre os quais se destacam:

- 1. Inspiração divina dos livros; Santidade objetiva, em contraste com a literatura secular;
- 2. Número limitado de livros (22, com variações que resultam nos atuais 24 livros do cânon hebraico);
- 3. Inviolabilidade textual, com a crença de que todos os livros canônicos foram compostos entre Moisés e Artaxerxes I (m. 424 a.C.).

Adicionalmente, critérios técnicos e teológicos influenciaram a seleção dos livros canônicos, como:

- a. Conformidade com a Torá (Lei de Moisés);
- b. Origem geográfica palestinese;
- c. Redação em hebraico.

Apolinário (1990, p. 163-165) também explica como os livros do Novo Testamento foram canonizados e quem os organizou. As mesmas questões aplicadas ao cânon do Antigo Testamento podem ser colocadas em relação ao Novo: quem coligiu os escritos e com que critérios? A Igreja cristã acredita enfaticamente que o Espírito Santo guiou os servos de Deus, nos primeiros séculos, na seleção progressiva dos escritos que viriam a compor o cânon neotestamentário.

Nos primeiros anos do cristianismo, marcados pela expectativa iminente da volta de Cristo, os discípulos deram primazia à tradição oral, transmitindo os ensinamentos e os eventos da vida de Jesus em forma narrativa, especialmente nos diversos núcleos cristãos da Palestina, África, Ásia Menor e Roma. Com o tempo, surgiram registros fragmentários (como as *logias*, coleções de palavras de Jesus), seguidos por composições mais estruturadas, como os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas e o Apocalipse.

A redação dos livros do Novo Testamento não seguiu um plano sistemático, mas resultou de necessidades pastorais e teológicas concretas. Embora haja debate sobre as datas exatas, a maioria dos estudiosos concorda com a seguinte cronologia aproximada:

- a) O primeiro escrito foi provavelmente 1 Tessalonicenses (c. 51 d.C.);
- b) O Apocalipse de João teria sido escrito por volta de 96–97 d.C.;
- c) Marcos é geralmente considerado o Evangelho mais antigo (c. 65–67), seguido de Mateus (c. 70), Lucas (c. 70–80) e João, provavelmente entre 90–100 d.C.

As epístolas paulinas são datadas com relativa precisão: Gálatas (48), 1–2 Tessalonicenses (50), Filipenses (54), 1–2 Coríntios (54–56), Romanos (57), Colossenses, Filemon e Efésios (c. 60), e as Pastorais (63–64).

Segundo a Crítica Textual, os evangelhos de Mateus e Lucas utilizaram Marcos como base, além de uma fonte comum hipotética, o chamado documento “Q” (*Quelle*, “fonte” em alemão), nunca encontrado, mas reconstruído hipoteticamente por estudiosos como Harnack. Contudo, outras hipóteses também são conhecidas, como a de que Mateus teria sido o primeiro Evangelho ou que o Evangelho de João foi escrito após o Apocalipse — revelando que não há consenso definitivo sobre a ordem ou datas exatas.

O primeiro catálogo conhecido de livros neotestamentários foi proposto por Márcion, por volta de 140 d.C., em Roma. Sua proposta herética excluía o Antigo Testamento e aceitava apenas uma versão editada do Evangelho de Lucas e dez epístolas paulinas. Esse desafio doutrinário provocou forte reação da Igreja, que passou a se mobilizar para delimitar oficialmente o cânon, reafirmando a autoridade dos escritos autênticos e combatendo distorções teológicas.

Dessa forma, pode-se dizer que a pressão de movimentos heréticos como o de Márcion foi um fator desencadeante na formação do cânon, impulsionando a Igreja a reconhecer formalmente os textos já amplamente utilizados na liturgia e na doutrina cristã primitiva.

O desenvolvimento da hermenêutica, de Schleiermacher a Gadamer

Mannucci (1986, p. 309-318) demonstra que o primeiro momento hermenêutico foi fornecido pelo próprio Antigo Testamento, tendo em vista que Israel sempre reinterpreto o seu passado e as Escrituras que haviam codificado esse passado à luz de novas intervenções divinas na história da salvação. As exigências e novos problemas na comunidade tornavam isso uma necessidade.

A literatura profética se destaca por incorporar interpretações sobrepostas aos oráculos originais, realizadas por meio de técnicas como *glosas* (Is 7:20), montagens de textos (Is 8:1–10) e adições explicativas que adaptam a mensagem profética a novas situações históricas (Is 11:10–16).

Esses exemplos evidenciam um modo de leitura que reconhece nas Escrituras um caráter simultaneamente antigo e atual. O sentido buscado não é necessariamente o que os leitores originais entenderam em seu contexto, mas o que pode ser reinterpretado à luz das questões contemporâneas, à medida que a Revelação se desdobra no tempo. Essa abordagem, que visa atualizar os textos antigos, foi sistematizada no judaísmo sob o nome de *midraxe*, refletindo um esforço contínuo de releitura e aplicação das Escrituras a novas realidades.

No Novo Testamento encontramos um excelente exemplo na exegese de Jesus. Ele é, antes de tudo, o intérprete supremo do Pai, como afirma João 1:18, é o Filho Unigênito, que está junto ao Pai, quem o *revela* (*exēgēsato*). Nele, a Palavra eterna e preexistente se fez carne e entrou na história. Em sua pessoa, vida, morte e ressurreição, o Reino de Deus se torna visível e presente.

A partir da novidade radical que é a própria pessoa de Jesus, nasce também uma nova forma de exegese. Ele não apenas explica as Escrituras; Ele revela seu sentido profundo, pois elas falam dEle (Jo 5:39). No caminho de Emaús, por exemplo, “interpretou (*diermêneusen*) em todas as Escrituras as coisas que a ele diziam respeito” (Lc 24:27). Jesus não oferece um método exegético inovador, mas

cumpre plenamente (*plērōsai*, Mt 5:17) a Lei e os Profetas. Em João 19:28–30, destaca-se que as Escrituras *se cumprem* (*teleōlthē*), não apenas se realizam, pois Ele é quem pode declarar: “Está consumado” (*tetelestai*). A autoridade e novidade da exegese de Jesus (cf. Mc 1:22, 27) estão justamente no fato de que Ele é o cumprimento vivo das Escrituras.

Apesar de sua originalidade, Jesus interage com a abordagem exegética do seu tempo, utilizando técnicas conhecidas em seu contexto judaico:

- a) No debate sobre o divórcio (Mt 19:6), fundamenta uma nova *halacá* em Gênesis 2:24, superando a tolerância da Lei mosaica.
- b) Sobre a ressurreição dos mortos (Mt 22:23–32), emprega uma interpretação *hagádica* de Êxodo 3:6 para afirmar que Deus é “Deus dos vivos”.
- c) Em discussões com os escribas, recorre a argumentações rabínicas, como em João 10:34–36.

Dessa maneira, a exegese de Jesus une autoridade profética, fidelidade à Escritura e um olhar novo, enraizado na revelação de sua própria identidade messiânica. Mannucci (1986, p. 312-318) demonstra que a exegese da igreja apostólica é dominada pelo evento-Jesus Cristo, o novo princípio hermenêutico. Porém, na era patrística, a primeira reflexão acerca de problemas hermenêuticos no sentido moderno, remonta a Orígenes com a edição da *Hexapla*.

Na Idade Média, o intérprete reconhecia, antes de tudo, uma história de salvação, marcada pelas intervenções de Deus. Essa história, porém, ocultava o mistério de Cristo, conforme interpretado pelos pais apostólicos, por meio de três sentidos espirituais:

- 1. Alegórico: revela a realidade de Cristo e da Igreja;
- 2. Tropológico: oferece ensinamentos para a vida moral e espiritual;
- 3. Anagógico: orienta para as realidades celestes e a esperança escatológica.

No entanto, Apolinário (1981, p. 22) faz uma avaliação diferente de Mannucci quanto à fase Patrística e a Idade Média. No período Patrístico, destacam-se brevemente Hilário, Ambrósio, Jerônimo e Agostinho. A principal contribuição desses autores à exegese foi a ênfase na autoridade da tradição e da Igreja como critérios

interpretativos — um elemento ausente nas escolas de Alexandria e da Síria. Nenhum deles, contudo, foi exegeta no sentido pleno. Jerônimo se destacou pela tradução da Vulgata, limitando sua exegese a comentários linguísticos, históricos e arqueológicos. Agostinho, embora tenha formulado importantes princípios hermenêuticos em *De Doctrina Christiana*, recorreu frequentemente à *regula fidei* da Igreja para resolver ambiguidades textuais. Sua influência se estendeu à exegese medieval.

Na avaliação de Apolinário, a exegese medieval foi marcada por forte dependência da tradição e da autoridade eclesiástica, consequência da escassa familiaridade com a Bíblia. Destacam-se nesse contexto Pedro Lombardo, com suas *Sentenças*, e Tomás de Aquino, que além de comentar os quatro livros das *Sentenças*, produziu sua obra principal: a *Suma Teológica*.

Em relação à fase da Reforma Protestante, de acordo com Mannucci (1986, p. 316), citando R. Marlè, “o princípio da *sola Scriptura* não significava apenas a rejeição de toda a regra de fé e de interpretação exterior à Escritura. Implicava na possibilidade para a Escritura de revelar por si mesma o seu significado”.

E Apolinário (1981, p. 22-24) avalia a interpretação bíblica no período da Reforma, realçando o seguinte. A exegese reformada destacou duas características essenciais: a necessidade de retorno às línguas originais da Bíblia — impulsionada por humanistas como Reuchlin e Erasmo — e o princípio de que a mais alta autoridade interpretativa é a própria Escritura, em oposição à infalibilidade da Igreja. A hermenêutica reformada se baseou em dois fundamentos: (1) a Escritura interpreta a própria Escritura; (2) toda interpretação deve estar em harmonia com a analogia da fé.

Entre os principais exegetas reformadores, destacam-se:

- a) Calvino, o mais influente, que rejeitou o alegorismo e defendeu a interpretação contextual e histórica, insistindo que o intérprete deve ouvir o autor bíblico, e não projetar sobre ele suas próprias ideias.
- b) Melancton, com grande domínio do grego e hebraico, defendeu que a compreensão gramatical precede a teológica, e que o texto bíblico possui um sentido claro e objetivo.
- c) Lutero, embora menos consistente na prática, propôs princípios importantes:

Cristo como centro das Escrituras, a necessidade de fé e intuição espiritual, e a atenção ao contexto histórico.

Em contraste, os intérpretes católicos pouco contribuíram nesse período, pois se opunham à liberdade de interpretação individual, defendendo a subordinação da exegese à tradição da Igreja.

Do período pós-Reforma até Schleiermacher, a hermenêutica passou de uma interpretação centrada na Escritura e orientada pela gramática e história, como propuseram os reformadores, para uma abordagem progressivamente influenciada pelo racionalismo e pelo iluminismo, que priorizaram a razão e a crítica histórica.

A interpretação bíblica tornou-se, em muitos casos, dogmática ou excessivamente racional. Schleiermacher rompeu com esses limites ao inaugurar uma hermenêutica mais ampla e filosófica, propondo que todo ato de interpretação envolve tanto a análise gramatical do texto quanto a reconstrução psicológica da intenção do autor, estabelecendo as bases da hermenêutica moderna.

Nas palavras de Braiada (Schleiermacher, 2024, p. 14), “A reflexão hermenêutica de Schleiermacher teve o seu impulso inicial determinado pela necessidade teórica de explicar e justificar um procedimento prático, qual seja, o da interpretação e tradução de textos antigos clássicos”.

Assim, a hermenêutica deve buscar compreender o autor melhor do que ele próprio. Schleiermacher propõe dois métodos principais: 1) o psicológico (compreensão da intenção do autor); b) o gramatical (compreensão do texto em seu contexto linguístico).

Mannucci (1986, p. 327-336) discute a evolução hermenêutica de Schleiermacher a Gadamer. Schleiermacher inaugurou a hermenêutica moderna ao propor que a compreensão de um texto envolve tanto a análise gramatical quanto a psicológica, visando penetrar na mente do autor e reconstruir seu pensamento. Para ele, interpretar é uma arte e uma ciência aplicável universalmente, já que linguagem e pensamento estão intrinsecamente ligados.

Wilhelm Dilthey amplia essa visão, introduzindo uma hermenêutica voltada para as ciências humanas, na qual a interpretação busca reconstruir a experiência histórica expressa nos textos. Ele distingue a *compreensão* (*Verstehen*) como método próprio das ciências do espírito, ressaltando a historicidade tanto do

intérprete quanto da obra. “Interpretar os vestígios de uma presença humana oculta nos escritos constitui o centro da arte de compreender”.

Martin Heidegger rompeu com o enfoque metodológico de seus predecessores e propôs uma hermenêutica existencial. Para ele, interpretar é um ato ligado ao modo de ser humano, o *Dasein*, que já está imerso no mundo com uma pré-compreensão. A compreensão, assim, não segue um método externo, mas surge de nossa própria estrutura de existência, sempre em diálogo com um horizonte de sentido previamente dado. “Ser homem significa compreender”.

E Hans-Georg Gadamer desenvolveu esse pensamento ao defender que toda interpretação é histórica e dialógica, ocorrendo por meio da fusão de horizontes entre o intérprete e o texto. Em vez de negar a tradição, Gadamer a vê como o meio através do qual a compreensão é possível, valorizando a linguagem como o espaço onde o entendimento acontece. “A compreensão não deve ser entendida tanto como uma ação do sujeito, quanto como o inserir-se na realidade viva de um processo de transmissão histórica, na qual passado e presente se sintetizam continuamente”.

Esses quatro pensadores representam uma evolução clara: Schleiermacher funda uma hermenêutica metódica e empática; Dilthey a insere nas ciências humanas com historicidade; Heidegger a transforma em dimensão existencial; e Gadamer a consolida como um processo dialógico e orientado pela história e pela linguagem.

O contexto histórico-social dos textos bíblicos

A adequada formulação exegética exige olhar atento ao momento histórico e social em que os textos bíblicos foram produzidos. Mannucci (1986, p. 41-64) aponta que a Bíblia não é meramente revelação divina, mas fruto da experiência de povos concretos, em culturas específicas—seu “texto” envolve tradições orais, formação editorial e linguagem humana. A leitura bíblica ganha profundidade quando situamos o texto em seu ambiente original, evitando distorções anacrônicas.

Fee; Stuart (2000) ensinam que reconhecer o contexto é condição para “não isolar versículos e distorcê-los”. Eles enfatizam a leitura gramatical e sociocultural como proteção contra interpretações superficiais. Nesse sentido, sustentam que o

intérprete deve compreender idioma, os costumes e a mentalidade dos autores originais. E Benthó (2016) também reforça esse ponto, indicando que fatores como economia, política, religião e costumes — por exemplo, geografia, estruturas familiares e práticas culturais — são pilares básicos para entender o texto bíblico em sua totalidade.

No Pentateuco – ou *Torá* – de Gênesis a Deuteronômio – é possível perceber as várias camadas culturais do Antigo Oriente Próximo – Egito, Mesopotâmia e Canaã – e as suas cosmogonias, leis e narrativas, algumas vezes, exercendo influência sobre o povo eleito. Escrito em torno de aproximadamente 1440 e 1400 a.C. (Archer, 2012), os textos revelam transições de uma sociedade tribal nômade para comunidades agrárias organizadas em torno da Lei mosaica. As instituições sacerdotais, o culto e a legislação social refletem uma sabedoria transcendental, como é o caso de sua teologia monoteísmo, bem diferente dos povos vizinhos (ver também Geisler; Nix, 1997).

O período dos juízes – cerca de 1250–1200 a.C. (Radmacher, et al, 2009) é marcado por descentralização política, lideranças tribais e ciclos de apostasia, opressão e libertação. A ausência de um governo central fortaleceu os chamados juízes, e a fragmentação territorial favoreceu práticas sincréticas, opressão pelos povos canaanitas e guerra tribal. Socialmente, viviam em pequenas comunidades agrárias e pastorais.

O juiz e profeta Samuel ungiu o primeiro rei da nação, Saúl seguido por Davi e Salomão (1 Samuel 10:1; 16:16; 1 Reis 1:39 – ARA). A transição para monarquia unificada trouxe centralização política e religiosa em Jerusalém e reformas culturais. Posteriormente, com divisão do reino (Israel e Judá), surgiram as tensões sociais, políticas e religiosas entre os dois lados, e a intervenção dos profetas.

Após a queda de Jerusalém entre 605 e 586 a.C. pelos caldeus, o povo eleito foi levado ao exílio em Babilônia, onde se desenvolveram as sinagogas e a literatura pictórica de Ezequiel e Daniel. Com o decreto de Artaxerxes Longímanso I em 457 (Thiele, 1951b, p. 85-87) a.C. (Esdras 7:11-26), os judeus puderam voltar para sua terra natal, Jerusalém.

A visão de Zacarias, sacerdote do turno de Abias (Lucas 1:5-23), quando queimava o incenso da casa do Senhor, marca o fim do silêncio intertestamentário e

inaugura o Novo Testamento (Hörster, 2008 p. 37-40). Os evangelistas registraram os mais importantes aspectos do ministério de João Batista, incluindo o batismo de Jesus e a trajetória messiânica do Salvador.

O messiato de Jesus ocorreu em um cenário romano de tensão política, divisão social e religiosa. Os Seus ensinamentos refletem crises econômicas, opressão e os simbolismos sintetizados em metáforas messiânicas. A Palestina havia sido conquistada pelos romanos e era vassalo destes. E nesse contexto, os evangelhos foram produzidos (Hörster, 2008 p. 21-22).

Nas cartas paulinas e gerais (c. 50–100 d.C.), há o registro das comunidades cristãs enfrentando tensões entre as tradições judaicas e as culturas greco-romanas. O apóstolo Paulo, como sistematizador da teologia cristã, abordou, em suas epístolas, os temas da escravidão, da questão de gênero, a respeito de problemas éticos e de identidade em contextos urbanos e multiculturais, e que servem de base para nortear esses temas, mesmo atualmente (Hörster, 2008 p. 71-78).

Os Atos dos Apóstolos, cujo narrado foi Lucas em 64 d.C. (Hörster, 2008 p. 69-70), mostra a expansão do Cristianismo, do judaísmo para o Império Romano. Eventos como o derramamento do Espírito Santo no dia de Pentecostes e as conversões em massa, as perseguições e a missão paulina, revelam o caráter sociopolítico do movimento, além do seu caráter religioso por excelência.

O livro de Apocalipse foi escrito por João, o discípulo de Jesus, quando exilado na Ilha de Patmos durante o reinado de Domiciano de 81 a 96 d.C (Thiele, 1951a, p. 21-27). O livro é rico em simbolismos apocalípticos que podem ser decifrados por outros textos bíblicos, tendo em vista que, embora não haja nenhuma citação de qualquer porção das Escrituras, há centenas de referências a outras partes da Bíblia. O livro prediz as perseguições ao povo de Deus ao longo dos séculos, mas também projeta os seus sucessos e a esperança escatológica que deverá encontrar o seu ápice no breve retorno de Jesus.

INDICAÇÃO DE VÍDEO:

[Thomas Lopes faz uma exposição sobre a formação do cânon bíblico, porém, voltado para o debate a respeito do caráter dos livros apócrifos. Com isso, expõe os

critérios utilizados para a canonicidade dos livros bíblicos. Assista o vídeo: **Cânon Bíblico | Quais são os critérios?** Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=sQIk_WF1YQE&t=1546s

LEITURA COMPLEMENTAR

Ferreira desenvolve argumentos em torno das principais características da relação entre hermenêutica e vida e sua evolução, do século XIX aos nossos dias, analisando, do pensamento de Schleiermacher e Dilthey ao de Heidegger e Gadamer. Ferreira, Leonardo Magalde. “A hermenêutica contemporânea: entre texto e vida”. SEMINÁRIO TEOLÓGICO SERVO DE CRISTO. Artigo disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/8922?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 24 jun. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da formação e transmissão do texto bíblico, do desenvolvimento da hermenêutica e do contexto histórico-social das Escrituras revela que a Bíblia é simultaneamente um livro divino e humano, construído ao longo dos séculos sob orientação divina (revelação), mas dentro de contextos históricos e culturais específicos. A canonização, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, foi um processo progressivo de reconhecimento comunitário, baseado em critérios de inspiração, ortodoxia, uso litúrgico e fidelidade às normas sagradas. Paralelamente, a hermenêutica bíblica percorreu um caminho complexo, desde os *midraxes* judaicos e a exegese cristocêntrica de Jesus, passando pela tradição patrística e medieval, pela Reforma Protestante com sua ênfase na *sola Scriptura* e, finalmente, pelas contribuições filosóficas de Schleiermacher, Dilthey, Heidegger e Gadamer, que redimensionaram a interpretação como um diálogo entre texto e leitor, em constante fusão de horizontes. Compreender os textos sagrados exige, portanto, não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade histórica e existencial, pois a Palavra de Deus foi revelada no tempo, na cultura e na linguagem humana, sendo continuamente atualizada na experiência vivida do povo de Deus.

HORA DE REVISAR

Nesta Unidade verificamos que a formação e transmissão do texto bíblico ocorreram de maneira gradual, orientadas por critérios como inspiração divina, fidelidade à Torá, origem geográfica e idioma original (hebraico e aramaico), com destaque para o papel de Esdras e Neemias no reconhecimento dos livros do Antigo Testamento já aceitos pela comunidade. No Novo Testamento, a canonização foi impulsionada por desafios como as heresias de Marcião, levando a Igreja primitiva a afirmar normativamente os escritos usados e considerados inspirados, produzidos em resposta às demandas pastorais e teológicas do século I. Paralelamente, o desenvolvimento da hermenêutica, de Schleiermacher a Gadamer, evidenciou uma transição da leitura dogmática para uma abordagem filosófica e contextual: Schleiermacher introduziu os métodos gramatical e psicológico; Dilthey incorporou a dimensão histórica; Heidegger propôs uma hermenêutica existencial; e Gadamer consolidou uma compreensão dialógica baseada na tradição e na linguagem. Assim, a interpretação bíblica passou a ser vista como um processo dinâmico, onde texto e leitor se encontram num horizonte comum, exigindo sensibilidade histórica, teológica e existencial.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Pedro. **As pretenciosas Testemunhas de Jeová**. São Paulo: Dept. Gráfico do IAE, 1981.

_____. História do texto bíblico: crítica textual. São Paulo: Dept. Gráfico do IAE, 1990.

ARCHER JR., Gleason L. **Panorama do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2012.

BENTHO, E. Costa. **Hermenêutica fácil e descomplicada**: como interpretar a bíblia de maneira prática e eficaz. Rio de Janeiro: CPAD, 2016.

BÍBLIA SAGRADA: **Almeida Revista e Atualizada** (J. Ferreira de Almeida, Trad.). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lês?**: um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica. São Paulo: Vida, 2000.

GEISLER, Norman L.; William E. Nix. **Introdução bíblica**: como a Bíblia chegou até nós. São Paulo: vida, 1997.

HÖRSTER, Gerhard. **Introdução e síntese do Novo Testamento**. Tradução de Valdemar Kroker. 4. ed. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1996.

MANNUCCI, Valério. **Bíblia, a Palavra de Deus**: curso de introdução à Sagrada Escritura. São Paulo: Paulinas, 1986.

RADMACHER, Earl D.; ALLEN, Ronald B.; HOUSE, H. Wayne (org.). **Novo Comentário da Bíblia**: Antigo e Novo Testamento. 2 vols. São Paulo: Central Gospel, 2009.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. **Hermenêutica**: arte e técnica da interpretação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

THIELE, Edwin R. **Apocalipse**: esboços de estudos. Tradução: Henrique Berg. Michigan, USA: Emmanuel Missionary College, 1951a.

_____. **Daniel**: esboços de estudos. Tradução: Henrique Berg. Michigan, USA: Emmanuel Missionary College, 1951b.

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS CONSULTADOS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CROSS, F. L.; LIVINGSTONE, E. A. (Org.). **Dicionário Oxford da Igreja Cristã**. São Paulo: Paulinas, 2005.

DI BERARDINO, Angelo (Org.). **Dicionário patrístico e de antiguidade cristã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUFOUR, Xavier Léon. **Dicionário teológico do Novo Testamento**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

ENCICLOPÉDIA CATÓLICA. Disponível em:
http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/enciclopedia_catolica. Acesso em: 24 jun. 2025.

ENCYCLOPAEDIA JUDAICA. 2nd ed. Detroit: Macmillan Reference USA, 2007.

FREEDMAN, David Noel (Ed.). **The Anchor Yale Bible Dictionary**. New York: Doubleday, 1992.

GUIGNON, Charles (Ed.). **The Cambridge Companion to Heidegger**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOLATCH, Alfred J. **The Jewish Book of Why**. Middle Village, NY: Jonathan David Publishers, 1981.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LANGE, Nicholas de. **Dicionário de judaísmo**. São Paulo: Imago, 2001.

McKIM, Donald K. **Westminster dictionary of theological terms**. Louisville: Westminster John Knox Press, 1996.

- MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- NEUSNER, Jacob. **The Midrash**: An Introduction. Northvale: Jason Aronson, 1994.
- NEUSNER, Jacob (Org.). **The Encyclopaedia of Judaism**. Leiden: Brill, 1999.
- TELUSHKIN, Joseph. **Judaic Literacy**: The most important things to know about the Jewish religion, its people, and its history. New York: William Morrow, 1991.
- WYCLIFFE. **Dicionário bíblico Wycliffe**. São Paulo: Candeia, 2008.

UNIDADE 3 - LINGUAGEM, GÊNERO E DISCURSO: A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DA SINTASE E DA SEMÂNTICA DAS LÍNGUAS BÍBLICAS PARA A COESÃO TEXTUAL; OS GÊNEROS LITERÁRIOS BÍBLICOS - NARRATIVA, POESIA, PROFECIA E EPÍSTOLAS; ASPECTOS DA ANÁLISE DISCURSIVA - ESTRUTURA, REPETIÇÕES, PARALELISMOS E FIGURAS DE LINGUAGEM.

Objetivos:

- A relevância da sintaxe e da semântica bíblicas.
- Gêneros Literários Bíblicos: Narrativa, Poesia, Profecia e Epístolas.
- Elementos da Análise Discursiva: Estrutura, Repetições, Paralelismos e Figuras de Linguagem.

Glossário

Modo optativo - um dos modos verbais do grego antigo (inclusive do *coine*, embora com uso bem reduzido no Novo Testamento. Ele expressa: desejo, possibilidade, hipótese, situações incertas ou potenciais, mas em português, não há um modo exato equivalente, mas pode ser traduzido por expressões como: “quem dera...”, “talvez...”, “pudesse eu...”, “se ao menos...”

Construções perifrásticas – vamos apresentar exemplos em português para ilustrar o conceito:

Forma simples: “Ele diz.”

Forma perifrástica: “Ele está dizendo”. Aqui temos o verbo auxiliar “está” + o gerúndio “dizendo”. Exemplos em grego do Novo Testamento, Lucas 5:31

οἱ ὑγιαίνοντες οὐ χρεῖαν ἔχουσιν ἰατροῦ (hoi hygiainontes ou chreian echousin iatrou). A tradução literal: “Os sãos não têm necessidade de médico.” – aqui, “têm necessidade” (echousin chreian) é uma construção perifrástica: verbo “ter” + substantivo, que transmite o sentido de “precisar”. A frase mais simples seria: “os sãos não precisam de médico”.

Simplificando, a *construção perifrástica* ocorre quando uma ideia verbal é expressa com duas palavras, em vez de uma só. Normalmente, usa-se um verbo auxiliar (como “ser” ou “estar”) junto com uma forma do verbo principal (como um particípio ou infinitivo). Assim, usa-se “ele está falando”, em vez de só dizer, “ele fala”, usamos “está + falando” para mostrar que a ação está acontecendo agora.

A relevância da sintaxe e da semântica bíblicas

O professor de grego, Pedro Apolinário (1990a, p. 6-13) explica a razão pela qual o exegeta precisa valorizar o conhecimento das línguas bíblicas. Com relação ao Antigo Testamento, ele afirma que “O hebraico, no início é mais difícil, por ser totalmente diferente da nossa língua, mas a sua gramática é bastante simples em sua estrutura”. E, em relação ao idioma usado para produzir o Novo Testamento, ele diz que o grego é mais acessível que o hebraico por ter cerca de 85% do alfabeto semelhante ao português e por utilizar símbolos comuns na matemática. No entanto, sua principal dificuldade está no sistema verbal, que é bastante complexo.

O estudo das línguas bíblicas exige dedicação contínua. John Knox iniciou o grego após os 50 anos de idade, e Alexander Maclaren destacou-se como pregador, em parte por seu domínio do grego e hebraico. Erasmo de Roterdã, por sua vez, tornou-se um dos maiores eruditos da Reforma ao priorizar o estudo do grego, chegando a afirmar que compraria livros antes mesmo de roupas. Esses exemplos inspiram estudantes de teologia à perseverança no aprendizado.

Suas palavras no prefácio do Novo Testamento Grego, editado por ele em

1516, são significativas: “Estas páginas sagradas sintetizam a imagem viva de Seu Espírito. Elas vos darão o próprio Cristo, conversando, curando, morrendo, ressuscitando, o Cristo completo em uma palavra; elas darão Cristo a vós numa intimidade tão especial que Ele seria menos visível se estivesse em pé diante dos vossos olhos”.

Um detalhe importante e esclarecedor sobre o hebraico bíblico pode ser observado logo nas primeiras linhas da Escritura Sagrada. Nos antigos rolos, onde eram gravadas as palavras sagradas, toda frase deveria ser registrada na mesma linha, pois não se admitia quebra de frases ou de palavras. Dessa forma, as duas primeiras frases da Bíblia eram escritas como segue:

בְּרֵאשִׁית בָּרָא אֱלֹהִים אֶת הַשָּׁמַיִם וְאֶת הָאָרֶץ

וְהָאָרֶץ הָיְתָה תֵהוֹ וְנָהוּ וְחָשֶׁךְ עַל־פְּנֵי תְהוֹם וְרוּחַ אֱלֹהִים מְרַחֶפֶת עַל־פְּנֵי הַמַּיִם:

Há alguns detalhes relevantes a serem levados em consideração. Em primeiro lugar, o verso 1 tem um total de 7 palavras, e o verso 2, um total de 14 palavras, notabilizado a prioridade do sistema hebdomadário das Escrituras. Em segundo lugar, os escribas que manejavam o texto sagrado eram denominados *sopherins* (contadores), porque contavam as letras e as palavras nas frases para que ficassem exatamente igual ao original.

Apolinário (1990b, p. 86) narra que os massoretas eram os escribas judeus que se dedicaram a preservar e cuidar do manejo do texto hebraico do Velho Testamento. Às vezes o termo também é empregado para o comentarista judeu do livro sagrado. Eles substituíram os escribas (*Sopherins*) por volta mais ou menos do ano 500 d.C. e prosseguiram em seu dedicado trabalho até o ano 1.000 d.C.

Os massoretas produziram manuais destinados a orientar a reprodução do texto sagrado. Esses manuais, denominados *massorá* — termo técnico hebraico que designa a tradição primitiva concernente à forma correta do texto das Escrituras — continham: a) diretrizes específicas que deveriam ser rigorosamente observadas pelos escribas durante o processo de cópia; b) normas gramaticais relativas à língua hebraica; e c) princípios derivados do Talmude, aplicáveis à preservação e transmissão textual.

Apolinário (1990b, p. 48) relata que “quando os judeus sentiram que o hebraico estava em declínio como língua falada, e que sua leitura correta ia perder-

se, criaram um sistema de vocalização. Este trabalho foi feito pelos massoretas, por isso o texto hebraico usado hoje chama-se *massorético*. Retornado à primeira linha das Escrituras, agora, transliterada: “*Bereshit bara Elohim et hashamayim ve'et Haaretz*”, a partícula *et* (אֶת), que aparece duas vezes no texto, não é traduzida. Ela simplesmente indica que os substantivos (céu e terra) a que se refere o verbo *bara* (בָּרָא) “criou”, estão no acusativo, ou seja, objeto direto (criou o céu e a terra).

No entanto, há uma mensagem nesta partícula, pois as letras alef e tav, simultaneamente são a primeira e a última letras do alfabeto hebraico, e elas perpassam como um fio de ouro por vários livros do Antigo Testamento, apontando a presença constante dAquele que é o Alfa e Ômega, o princípio e o fim de todas as coisas. Em relação ao grego bíblico, Apolinário (1990b, p. 49) mostra alguns detalhes relevantes. Ele cita Georges Auzou, em seu livro *A Palavra de Deus*, que afirma:

O grego passa, com justiça, por ser a mais bela língua do mundo. De fato, é um dos instrumentos mais aperfeiçoados, dos mais delicados, extremamente harmonioso, ao mesmo tempo que preciso e sutilíssimo jamais forjado pelos homens. É ao mesmo tempo o fruto e o instrumento do gênio grego, o gênio da clareza, da ordem e do equilíbrio.

No entanto, essas afirmações se aplicam principalmente ao grego clássico, e não ao grego *coine*, idioma no qual foi redigido o Novo Testamento e traduzido o Antigo Testamento pela Septuaginta. O termo *coine* designa a língua comum utilizada entre 330 a.C. e 330 d.C. Há, no entanto, algumas particularidades notáveis em relação às características da linguagem do grego bíblico, conforme salientado pelo professor Apolinário (1990b, p. 49-51):

1. Uso maior de preposições em vez dos casos gramaticais do grego clássico.
2. Estrutura gramatical mais simples, tanto na forma das palavras (morfologia) quanto nas frases (sintaxe).
3. Frases mais curtas, com poucas orações subordinadas; preferem-se frases coordenadas unidas por “e”.
4. Desuso do número dual e uso muito limitado do modo optativo (aparece apenas 67 vezes no NT).
5. Maior uso do artigo definido (o, a, os, as).

6. Verbos mais simples, com menos variações do que no grego clássico.
7. Mudança de significado de muitas palavras por influência religiosa — por exemplo: batizar, justiça, graça, amor, cruz, mundo, espírito etc.
8. Uso mais frequente de diminutivos, dando tom afetivo ou modesto.
9. Mais uso de construções perifrásticas, ou seja, formas verbais com verbos auxiliares.
10. Preferência pelo superlativo (ex.: “o maior”) em vez do comparativo (ex.: “maior que”).
11. Ordem mais direta nas frases, diferente da estrutura invertida comum no grego clássico.
12. Uso desnecessário de pronomes sujeitos, pois eles já estão indicados na forma do verbo.
13. As vogais passaram a ter som parecido, o que simplificou a pronúncia.
14. Aparecem palavras latinas, como legião, centurião, denário, colônia, flagelo.
15. Uso frequente do presente histórico — narrações são feitas como se estivessem acontecendo no momento.
16. Frases simples (parataxe) são preferidas às frases complexas com orações subordinadas (hipotaxe).
17. Palavras emprestadas do aramaico, como: Geena, Eli Eli, Hosana, Satã, Talita cumi, Rabi, Maranata.
18. Influência do hebraico (hebraísmo), especialmente no uso repetitivo do “e” e em expressões típicas, como: “filhos da luz”, “filhos da perdição”, “e aconteceu que...”, “e disse”.

Quanto ao estilo dos autores do Novo Testamento, vale destacar que apenas Hebreus, Lucas e alguns trechos das cartas de Paulo apresentam um grego mais elaborado e literário. E, embora Paulo seja conhecido por sua profundidade teológica, o vocabulário mais amplo do Novo Testamento pertence a Lucas, que introduz cerca de 250 palavras inéditas em seu Evangelho e aproximadamente 500 no livro de Atos.

Enquanto a linguagem de Lucas se destaca por seu estilo mais polido e erudito, os escritos de Marcos e especialmente os de João no Apocalipse apresentam um estilo mais simples e menos elaborado, tanto em vocabulário quanto

em construção literária.

Gêneros Literários Bíblicos: Narrativa, Poesia, Profecia e Epístolas

A Bíblia é um conjunto de livros com diversos autores e estilos, e escritos em diferentes contextos ao longo de mais de mil anos. Uma das marcas dessa diversidade é a presença de múltiplos gêneros literários, que exercem influência na comunicação da mensagem divina. Compreender esses gêneros é essencial para uma leitura teologicamente adequada das Escrituras.

Pela abrangência do tema, vamos nos limitar a quatro dos principais gêneros literários bíblicos: narrativa, poesia, profecia e epístolas, destacando suas características, funções teológicas e exemplos bíblicos. Eles servirão de base para a compreensão de outros estilos literários.

A narrativa é o gênero mais extenso das Escrituras, abrangendo desde os relatos do Gênesis até os Atos dos Apóstolos. Diferente de uma simples crônica histórica, a narrativa bíblica é teológica, porque interpreta os eventos sob a perspectiva da ação de Deus na história. No entanto, dela devemos retirar exemplos, baseados em princípios, mas, levando em consideração que os mandamentos diretos de Deus para o Seu povo estão nos textos normativos, como os Dez Mandamentos.

Segundo Fee e Stuart (2000), as narrativas bíblicas não se limitam a relatar eventos históricos, mas interpretam a realidade à luz da ação soberana de Deus, revelando seu propósito redentor por meio da aliança estabelecida com o seu povo. São exemplos clássicos: a Criação (Gn 1–2), a história de Abraão (Gn 12–25), o êxodo (Êx 1–15), e os evangelhos, que relatam a vida e ministério de Jesus.

Elas seguem uma estrutura clássica: introdução, desenvolvimento, clímax e desfecho, e empregam recursos como diálogos, repetições e ironia. Além disso, são centradas em personagens e ações, mas sempre com o propósito de revelar a fidelidade e bondosa solicitude de Deus, sempre disposto a perdoar e a renovar as forças de Seu povo.

A poesia está presente em cerca de um terço da Bíblia, com destaque para livros como Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Lamentações, além de seções poéticas em livros proféticos e narrativos. A poesia hebraica não se

apoia na rima ou métrica conforme o estilo ocidental, mas sim no paralelismo — a justaposição de ideias em versos sucessivos.

Robert Alter (2011, p. 15) observa que “o paralelismo é a alma da poesia hebraica: a segunda linha espelha, aprofunda ou contrapõe a primeira”. Por exemplo, em Salmo 19:1: “*Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia a obra das suas mãos*”. A segunda parte da cópula repete o que foi afirmado na primeira. O mesmo acontece no verso 7: “A lei do SENHOR é perfeita e restaura a alma; o testemunho do SENHOR é fiel e dá sabedoria aos símplices”. A “lei do Senhor” está em paralelo com “o testemunho do SENHOR”, e “perfeita”, em paralelo com “fiel”, assim como “restaura a alma” em paralelo com “dá sabedoria aos símplices”.

No livro de Jó, quando Deus o interroga, perguntando, “onde estavas tu quando [...] as estrelas da alva, juntas, alegremente cantavam, e rejubilavam todos os filhos de Deus?” (Jó 38:4-7 ARA). No texto é possível perceber, através do paralelismo, que as estrelas da alva representam os “filhos de Deus” e, neste caso, um símbolo para representá-los.

Além do paralelismo, a poesia bíblica emprega imagens fortes, metáforas e linguagem simbólica para expressar emoções, louvor, sabedoria e súplica. Esses textos servem tanto para o culto público quanto para a devoção pessoal, como nos salmos.

O gênero profético ocupa uma porção significativa do Antigo Testamento, com livros como Isaías, Jeremias, Ezequiel e os Doze Profetas Menores. Ao contrário da noção popular, profecia bíblica não é primordialmente predição de eventos futuros - embora o elemento preditivo seja importante e esteja presente nos escritos dos profetas - mas sim proclamação da vontade de Deus ao povo em seu contexto histórico.

Como afirma Walter Brueggemann (1997, p. 3), “o profeta é a voz que interrompe a normalidade, chamando Israel de volta à fidelidade à aliança”. A mensagem profética envolve denúncia do pecado (social, religioso, político), chamado ao arrependimento, promessas de juízo e esperança de restauração.

O estilo dos profetas varia: há oráculos, visões, atos simbólicos, lamentações, juízos, poesia e prosa. Os profetas falam com autoridade divina, muitas vezes

introduzindo suas palavras com fórmulas como: “Assim diz o Senhor...”. E, independente do estilo empregado nas porções proféticas, mesmo através da poesia, Deus enuncia a Sua vontade e revela a Sua verdade, tanto aos contemporâneos dos profetas, quanto ao povo eleito no futuro do profeta.

As epístolas constituem a maior parte do Novo Testamento e são, essencialmente, cartas pastorais e doutrinárias, escritas para comunidades cristãs ou para indivíduos, como é o caso de Lucas que escreve a Teófilo (Lc 1:3 e At 1:1). Os principais autores são Paulo, Pedro, João, Tiago e Judas.

Segundo Carson e Moo (2007, p. 44), “as epístolas do Novo Testamento eram documentos ocasionais, ou seja, escritas para situações específicas da vida da igreja”. Por isso, sua leitura exige atenção ao contexto histórico e às questões que motivaram a escrita. Examinar o contexto é uma regra imprescindível da exegese.

Essas cartas seguem a estrutura típica das cartas greco-romanas da época: saudação, ação de graças, corpo da carta com exortações e doutrina, e bênção final. Elas contêm teologia, em alguns casos, bem complexas e profunda, como em Romanos (ver 2Pe 3:16), orientações práticas, como em Tiago, correções como em 1 Coríntios, e encorajamentos pastorais, como em Filipenses e 2 Timóteo.

Em síntese, podemos afirmar com Fee, (2002, p. 27), “a Bíblia é a Palavra de Deus em palavras humanas; entender como essas palavras foram organizadas literariamente é fundamental para compreender sua mensagem”. Cada particularidade tem o seu espaço na construção da análise correta do texto bíblico.

Elementos da Análise Discursiva: Estrutura, Repetições, Paralelismos e Figuras de Linguagem

A análise discursiva dos textos bíblicos depende de ferramentas adequadas para a interpretação exegética e teológica das Escrituras. Ela capacita o investigador a identificar intencionalidades comunicativas, padrões retóricos e estratégias literárias que transcendem o conteúdo aparente do texto. Entre os elementos fundamentais da análise discursiva se destacam, a estrutura, as repetições, os paralelismos e as figuras de linguagem.

A estrutura é responsável pela organização formal e lógica de um texto. No caso das Sagradas Escrituras, a estrutura textual é construída para conduzir o leitor à

mensagem principal por meio de seções progressivas, contrastes ou repetições. É possível verificar que Cristo perpassa como um fio de ouro por todo o texto bíblico. Ciro, rei da Pérsia, é o único não judeu a ser chamado de *messias*, pois, cumpriu um papel libertador para o povo eleito cativo em Babilônia (Isaías 44:28; 45:1; Esdras 1:1-3; 2 Crônicas 36:22–23) e se tornou uma figura tipológica do Messias real, Jesus Cristo.

O Salmo 23, apresenta uma estrutura centrada em Deus como pastor e anfitrião, estrutura organizada em dois blocos simétricos: provisão e proteção. Segundo Longman e Garland (2006, p. 486), “a estrutura poética do salmo é cuidadosamente articulada, com uma progressão temática do cuidado pastoral à comunhão restauradora”.

Além disso, textos narrativos, como os Evangelhos, também seguem estruturas que revelam intencionalidades teológicas. O Evangelho de Marcos, por exemplo, é organizado em duas grandes seções: o ministério público de Jesus na Galileia (Mc 1–8) e seu caminho para a cruz (Mc 9–16), formando uma estrutura cristológica e soteriológica clara (France, 2002, p. 30), ainda que, nos evangelhos de Mateus 24, Marcos 13 e Lucas 17 e 21, importantes aspectos escatológicos são realçados. Cristo é apresentado em seu caráter soteriológico, mas, também, escatológico.

A repetição é um dos recursos mais utilizados na literatura bíblica. Ela pode reforçar ideias-chave, criar ênfase ou estabelecer ritmos no texto. Como explica Ryken (2007, p. 75), “a repetição é o principal mecanismo de coesão na prosa bíblica, e sua função é didática, litúrgica e retórica”. Além de auxiliar na memorização, e contribuir para impulsionar na obediência à vontade de Deus.

No livro de Deuteronômio, por exemplo, a repetição de expressões como “ouvi, ó Israel” ou “guarda os mandamentos” tem a função de fixar a mensagem na memória do povo. Já nos Evangelhos, a repetição de expressões como “em verdade vos digo” (gr. *amēn legō hymin*) marca as declarações solenes de Jesus, conferindo autoridade profética a seu discurso.

O paralelismo é uma característica bastante presente da poesia hebraica, mas também aparece em textos proféticos e sapienciais. Como já visto, é a disposição de

duas ou mais linhas que se correspondem em forma, conteúdo ou sentido. Robert Alter (2011, p. 13) define o paralelismo como “a justaposição de expressões semelhantes, que permite ao leitor ver uma ideia sob múltiplas perspectivas”.

Por exemplo, no Salmo 19:1: “Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia a obra das suas mãos”, a segunda linha reforça e amplia o sentido da primeira, criando um paralelismo sinônimo. Há também paralelismos antitéticos (Pv 10:1) e sintéticos, que acrescentam uma nova ideia à anterior (Sl 1:1). O paralelismo não é apenas uma questão de estilo, mas uma ferramenta hermenêutica, como já observamos. Ele ajuda a interpretar a intenção teológica por meio da estrutura poética, como observado em Jó 38:4-7.

As Escrituras fazem uso abundante de figuras de linguagem, tendo em vista que são expressões que vão além do sentido literal das palavras para criar imagens, comparações e significados mais profundos. São essenciais na comunicação bíblica, sobretudo nos gêneros poético, profético e apocalíptico, pois vão além do aparente e do terreno para alcançar o celestial.

Entre as mais comuns estão:

- Metáfora: “O Senhor é meu pastor” (Sl 23:1)
- Metonímia: “Devorados à espada” (Is 1:20)
- Hipérbole: “Se tua mão te faz tropeçar, corta-a” (Mc 9:43)
- Ironia: “Eis o homem!” (Jo 19:5)
- Personificação: “Um abismo chama outro abismo” (Sl 42:7)

Ryken (2005, p. 99) argumenta que as figuras de linguagem “não são embelezamentos secundários, mas veículos primários da teologia bíblica”, pois revelam a experiência humana diante de Deus de modo simbólico e afetivo. Elas servem para expressar a dor e a tristeza, e são usadas para clamar pela ajuda divina. São instrumentos para exprimir alegria pela vitória e louvor de ação de graças a Deus!

Portanto, a análise discursiva dos textos bíblicos, ao considerar elementos como estrutura, repetições, paralelismos e figuras de linguagem, oferece uma lente valiosa para a interpretação exegética e teológica. Esses elementos não apenas enriquecem a leitura, mas revelam a profundidade da inspiração e a intencionalidade comunicativa das Escrituras. Para o estudante de Teologia, o domínio desses recursos

é imprescindível para a formação de uma hermenêutica sólida, fiel ao texto e sensível à sua riqueza literária.

INDICAÇÃO DE VÍDEO:

[O vídeo é uma exposição de Raul Bolota sobre os gêneros literários da Bíblia e a importância de compreender cada um deles para a correta interpretação das Sagradas Escrituras. É uma narração breve mais muito enriquecedora. Assista o vídeo: **Você Está Lendo a Bíblia Errado Porque Ignora os Gêneros Literários!** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=scCVCUGBxpA&t=5s>]

LEITURA COMPLEMENTAR

Abner Eslava da Silva faz um estudo sobre a comunicação epistolar nos tempos bíblicos, particularmente, no contexto do apóstolo Paulo, e demonstra que “o gênero epístola, apesar das muitas modificações sofridas, mantém-se reconhecível pelo leitor atual”. O artigo é rico em informações sobre a teoria dos gêneros textuais e vai enriquecer o conhecimento do estudante da exegese bíblica. Silva, Abner Eslava da; et al. “Análise do gênero epístola bíblica à luz dos estudos linguísticos contemporâneos”. BAKHTINIANA, São Paulo, 19 (1): e63539p, jan./março 2024.

Artigo disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bak/a/pXSKdmZnqgcrxMZM5Ff5cPm/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 25 jun. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o domínio da sintaxe, da semântica, dos gêneros literários e dos elementos da análise discursiva é fundamentalmente relevante para uma interpretação bíblica fiel e profunda. O estudo das línguas originais — hebraico e grego — permite acesso mais preciso à intenção do texto sagrado, enquanto a identificação de estruturas narrativas, poéticas, proféticas e epistolares amplia a compreensão do modo como Deus se revelou na história. Recursos como repetições, paralelismos e figuras de linguagem não são apenas artifícios estilísticos, mas instrumentos teológicos essenciais que expressam a revelação divina com profundidade simbólica. Assim, a formação teológica exige do estudante não apenas devoção, mas também rigor acadêmico na leitura das Escrituras, para que possa comunicar com fidelidade a verdade do evangelho.

HORA DE REVISAR

Nesta Unidade observamos que a sintaxe e a semântica bíblicas exercem papel central na interpretação exegética, especialmente no que diz respeito à compreensão do texto original. O professor Pedro Apolinário (1990a, p. 6–13) destaca a importância de o exegeta valorizar o estudo das línguas originais das Escrituras. Segundo ele, embora o hebraico do Antigo Testamento seja inicialmente mais desafiador por sua estrutura distinta do português, sua gramática apresenta relativa simplicidade. Já o grego do Novo Testamento, por possuir cerca de 85% de seu alfabeto semelhante ao nosso e empregar símbolos comuns da matemática, torna-se mais acessível, ainda que apresente dificuldades notáveis em seu sistema verbal. O estudo das línguas bíblicas demanda disciplina e perseverança, como evidenciado por figuras históricas como John Knox, que iniciou o grego após os cinquenta anos de idade; Alexander Maclaren, cuja eloquência no púlpito estava ancorada em seu domínio do hebraico e do grego; e Erasmo de Roterdã, que priorizava a aquisição de livros ao vestuário, tendo se tornado um dos maiores eruditos do humanismo cristão. Em seu prefácio ao Novo Testamento Grego (1516), Erasmo afirmou: “Estas páginas sagradas sintetizam a imagem viva de Seu Espírito [...] darão Cristo a vós numa intimidade tão especial que Ele seria menos visível se estivesse em pé diante dos vossos olhos”, ressaltando a centralidade da Palavra como meio de encontro com Cristo.

REFERÊNCIAS

ALTER, Robert. **The Art of Biblical Poetry**. New York: Basic Books, 2011.

APOLINÁRIO, Pedro. **As pretenciosas Testemunhas de Jeová**. São Paulo: Dept. Gráfico do IAE, 1981.

_____. **Explicação de textos difíceis da Bíblia**. São Paulo: Dept. Gráfico do IAE, 1990a.

_____. **História do texto bíblico: crítica textual**. São Paulo: Dept. Gráfico do IAE, 1990b.

BIBLE HUB. Gen. 1:1 em Hebraico. Disponível em: <https://biblehub.com/text/genesis/1-1.htm>. Acesso em 25 jun. 2025.

BÍBLIA SAGRADA: **Almeida Revista e Atualizada** (J. Ferreira de Almeida, Trad.). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

BRUEGGEMANN, Walter. **A Teologia do Antigo Testamento: Testemunho, Disputa e Imagem**. São Paulo: Loyola, 1997.

CARSON, D. A.; Moo, Douglas J. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2007.

FEE, Gordon D. **Ouçá o Espírito, Ouçá o Mundo**. São Paulo: Vida Nova, 2002.

FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lês?: um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica**. São Paulo: Vida, 2000.

FRANCE, R. T. **The Gospel of Mark**. Grand Rapids: Eerdmans, 2002.

LONGMAN III, Tremper; Garland, David E. **The Expositor's Bible Commentary – Psalms–Song of Songs**. Grand Rapids: Zondervan, 2006.

RYKEN, Leland. **How to Read the Bible as Literature**. Grand Rapids: Zondervan, 1984.

RYKEN, Leland. **Words of Delight: A Literary Introduction to the Bible**. 2. ed. Grand Rapids: Baker Academic, 2005.

RYKEN, Leland. **Words of Delight: A Literary Introduction to the Bible**. Grand Rapids: Baker Academic, 2007.

UNIDADE 4 - A TEOLOGIA DO TEXTO BÍBLICO: A RELAÇÃO ENTRE EXEGESE E TEOLOGIA BÍBLICA; A TEOLOGIA DOS AUTORES E A SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO; A MENSAGEM CENTRAL DO TEXTO E SUAS IMPLICAÇÕES TEOLÓGICAS; E A INTERPRETAÇÃO À LUZ DA REVELAÇÃO PROGRESSIVA E DA UNIDADE DAS ESCRITURAS.

Objetivos:

- **A relação entre exegese e teologia bíblica.**
- **A influência da teologia dos autores na composição do texto.**
- **Mensagem central e implicações teológicas.**
- **A interpretação baseada na revelação progressiva e na unidade bíblica.**

A relação entre exegese e teologia bíblica

De acordo com Vanhoozer (2009, p. 72, 73), “a tarefa da teologia bíblica consiste em descrever a teologia da Bíblia”. Por isso, a incumbência da hermenêutica bíblica e da teologia bíblica é procurar compreender o testemunho bíblico de acordo

com o que ele mesmo afirma. Consequentemente, o desafio posto ao tratar da hermenêutica e da teologia bíblica juntas é encontrar um modo de ler a Palavra que não a distorça, ao tentar conformá-la aos dogmas do leitor. Portanto, a incumbência da teologia bíblica é apresentar a teologia da Bíblia como norteadora das regras.

Segundo Goldsworthy (2002, p. 25) “a Teologia Bíblica não pode ser construída sem um compromisso sério com a exegese; mas também, a exegese que ignora o contexto teológico maior da Bíblia corre o risco de distorcer a mensagem do texto”. De maneira que a teologia bíblica e a exegese devem ser vistas no mesmo prisma.

Osborne (2009, p. 39) explica que “a teologia bíblica reúne as teologias parciais de passagens e livros específicos numa “teologia” arquetípica de Israel e da igreja primitiva (integrando assim os dois testamentos). Ela integra as diversas teologias de passagens e livros em uma visão unificada da fé de Israel e da igreja primitiva, abrangendo ambos os Testamentos. A *teologia histórica* analisa como essa teologia foi contextualizada ao longo do tempo para responder aos desafios enfrentados pela igreja em cada época. A *teologia sistemática* reorganiza essas verdades para abordar questões contemporâneas. Por fim, a *teologia homilética* aplica os resultados dessas etapas às necessidades práticas dos cristãos de hoje, especialmente na preparação de sermões.

Osborne (2009, p. 443) afirma que “a teologia bíblica, partindo de passagens individuais, constitui o primeiro passo em direção à definição da significação do texto para a igreja de hoje”. Nessa etapa, organizam-se os temas teológicos que conectam passagens, autores e livros inteiros. O processo ocorre em três etapas: *primeiro*, examinam-se os temas em livros individuais; *depois*, na teologia de um autor; e, *por fim*, no desenvolvimento histórico da revelação ao longo do Testamento ou de toda a Bíblia. Dessa forma, a teologia bíblica sintetiza os dados exegéticos e oferece base para que a teologia sistemática os contextualize às demandas da fé cristã contemporânea.

A tarefa da exegese e da teologia bíblica diante do texto, seria, respectivamente (Osborne, 2009, p. 445):

- a) Exegese – que se alinha com a estrutura de superfície: 1. fornece a base da teologia bíblica; 2. lida com o contexto imediato e descobre significados da estrutura de superfície individual.

Teologia bíblica – busca a unidade temática global por trás das passagens individuais (salvação, aliança, graça etc.).

A influência da teologia dos autores na composição do texto

Osborne (2009, p. 34-35), abordando sobre a unidade e diversidade das Escrituras, afirma que a doutrina da inspiração reconhece a atuação do Espírito sem anular a individualidade dos autores bíblicos. Cada escritor expressa verdades teológicas com estilos e ênfases próprios — João fala do “novo nascimento”, Paulo da “adoção”, e exalta a fé, enquanto Tiago destaca as obras. Essas variações não são contradições, mas evidência da diversidade presente nas Escrituras.

A questão central é se essa diversidade compromete a unidade teológica. Supervalorizar a unidade a ponto de ignorar as nuances individuais — como interpretar Paulo à luz de Tiago, ou vice-versa — pode levar a distorções. Ainda assim, existe uma unidade profunda por trás da pluralidade textual. A teologia bíblica, que reconhece essa diversidade, torna-se ponte essencial entre a exegese e a teologia sistemática, que busca sintetizar a verdade revelada. Embora um sistema absoluto seja inalcançável, é legítimo sistematizar a verdade bíblica com base nas categorias emergentes do próprio texto.

Em oposição à *regula fidei* da Igreja Católica, que atribuía à tradição autoridade para definir dogmas, Lutero propôs a *analogia fidei*, defendendo que somente a Bíblia deveria guiar a formulação doutrinária. Para ele, as doutrinas básicas deveriam ser coerentes com o conjunto das Escrituras e não as contradizer. Embora Lutero ainda preservasse certa estrutura sistemática, Calvino deu um passo além ao afirmar a *analogia scriptura* — a ideia de que a própria Escritura interpreta a si mesma.

Como bem observou Milton Terry: “Nenhuma passagem isolada pode anular uma doutrina claramente estabelecida por muitas outras”. Assim, as doutrinas não

devem se apoiar em textos isolados ou obscuros (como 1Co 15.29 ou Lc 16.22–26), mas resumir tudo o que a Bíblia afirma sobre determinado tema.

Toda formulação doutrinária deve considerar o conjunto dos textos pertinentes, evitando o uso de “textos-prova” que favorecem interpretações parciais. Criar um “cânon dentro do cânon”, onde certas passagens são preferidas por se ajustarem a sistemas impostos ao texto, compromete a integridade da exegese e dá primazia a ideias preconcebidas em detrimento da revelação. A maioria das declarações bíblicas aplica verdades teológicas amplas a contextos específicos. A *analogia scriptura*, portanto, é o método mais fiel para captar essa unidade na diversidade.

Walton (2013, p. 89) afirma que “os autores bíblicos estavam inseridos em contextos históricos e culturais específicos, e sua compreensão teológica moldou a forma e o conteúdo daquilo que escreveram. Contudo, Deus, como autor supremo, orientou esse processo para transmitir Sua verdade”.

Mensagem central e implicações teológicas

Simian-Yofre (2015, p. 21) demonstra a centralidade do texto bíblico ao afirmar que “a história do texto é, ao mesmo tempo, a história da fé da comunidade que o texto reflete”. O autor realça a importância de reconhecer os limites do método histórico-crítico, pois ele se restringe ao que é verificável historicamente e não pode, por definição, comprovar a intervenção divina — algo que só pode ser aceito pela fé. Isso não significa que o exegeta rejeite o divino, mas que esse aspecto transcende a capacidade das ciências empíricas.

Críticas à exegese acadêmica muitas vezes não distinguem adequadamente entre a dimensão histórica e humana da Bíblia e sua natureza como Palavra de Deus. No entanto, é justamente na união entre palavra humana e a revelação divina que a Escritura cumpre sua função. Não é necessário buscar o sentido divino fora do próprio texto bíblico, como em construções sistemáticas ou revelações privadas.

A fé surge, não de um método, mas de uma abertura ao dinamismo interior da Palavra, num processo de escuta, oração e reflexão que transcende qualquer abordagem científica. Além disso, diz Simian-Yofre (2015, p. 35), “a Bíblia é uma

biblioteca de livros que sussurram seus segredos uns aos outros”. A Palavra conduz à teologia quando os ouvidos do exegeta estão atentos à sua voz.

Sobre a centralidade da mensagem e o resultado teológico, Hasel (2007, p. 28) argumenta que, ao lidar com a Bíblia, é essencial que a metodologia esteja em sintonia com seu conteúdo teocêntrico. Qualquer abordagem baseada em pressupostos que neguem o sobrenatural — como certas interpretações evolucionistas — é inadequada, pois distorce o testemunho das Escrituras. O intérprete deve submeter suas pressuposições ao próprio texto bíblico, permitindo que ele molde sua visão.

A interpretação correta exige que a Bíblia, e não outras disciplinas como a física ou biologia, defina os parâmetros hermenêuticos. À medida que a mente e o coração são reformados pela leitura constante da Palavra, o intérprete alinha gradualmente sua compreensão à verdade bíblica — num processo comparável a uma espiral hermenêutica. Assim, o intérprete aprende a pensar com o texto, e não apenas sobre ele.

Como expressou bem um autor: é o próprio Deus, por meio da Bíblia e do Espírito Santo, quem forma as pressuposições corretas no coração do leitor. A Escritura mostra que a transformação é possível — como no caso dos tessalonicenses, que foram persuadidos pela exposição das Escrituras feita por Paulo (At 17:2–4). Carson (1996, p. 68) enfatiza que “a exegese precisa conduzir à identificação do propósito teológico do texto, o qual sempre está inserido na moldura maior da história da salvação”.

A interpretação baseada na revelação progressiva e na unidade bíblica

Osborne (2009, p. 462, 463, 464) esboça algumas reservas com relação à analogia da fé em face da revelação progressiva. Ele argumenta que o princípio da *analogia da fé* — segundo o qual as Escrituras interpretam as Escrituras — é importante na teologia, mas sua aplicação na teologia bíblica exige cautela. Um dos perigos é a *paralelomania* de Samuel Sandmel, ou seja, o uso indiscriminado de passagens semelhantes para definir o sentido ou a origem de ideias bíblicas, o que pode gerar uma unidade artificial, ignorando a diversidade textual. Carson, diz

Osborn, chama isso de “conformidade artificial”, e Ebeling alerta que tal abordagem pode fazer com que a fé do intérprete se sobreponha ao texto, enfraquecendo a teologia bíblica.

Apesar disso, não se pode eliminar completamente a influência da perspectiva teológica pessoal na interpretação. O ideal é substituí-la pela *analogia das Escrituras* (*analogia scriptura*), onde o texto bíblico, e não nossa fé, é o critério final. Walter Kaiser sugere que a “analogia das Escrituras precedentes” deve orientar a leitura, respeitando o contexto histórico e literário original.

Souza (1997, p. 52) argumenta que a exegese desconstrucionista trata o texto bíblico como mera literatura, ignorando a intenção do autor e suas reivindicações históricas. Para esse método, a Bíblia é analisada como qualquer outro texto literário, buscando contradições internas, sem considerar sua singularidade como Escritura.

Métodos derivados do histórico-crítico (Souza, 1997, p. 38): a nova hermenêutica, o estruturalismo, métodos pós-modernos como a crítica feminista, o desconstrucionismo, a crítica da resposta do leitor, a crítica psicanalista e a crítica política têm características comuns:

1. A autoridade do intérprete é colocada acima da Bíblia;
2. A interpretação é condicionada por contextos sociais ou pressupostos filosóficos;
3. A Bíblia é reduzida a produto cultural humano;
4. O uso de metodologias incompatíveis com a natureza da própria Escritura — como afirmou Gerhard Maier, esses métodos não estão à altura do objeto estudado.

No método histórico-crítico, a razão humana julga o que é historicamente válido. Já o estruturalismo e a nova hermenêutica minimizam o valor histórico e absolutizam o texto como construção humana. Nos métodos pós-modernos, nem o texto é considerado absoluto — tudo é relativo, e qualquer leitura é aceita, levando ao colapso da autoridade bíblica.

Esse relativismo gera uma crise: sem a autoridade da revelação, o ser humano perde o sentido de origem e destino. Russell P. Shedd observa que o subjetivismo da hermenêutica moderna contribui para a erosão da autoridade bíblica, especialmente em contextos mais progressistas.

Hoje, até mesmo a Igreja Católica promove a leitura da Bíblia, pois ela pode ser interpretada de acordo com diferentes agendas — da Teologia da Libertação à carismática — sem ameaçar a tradição, desde que não se creia plenamente na veracidade de sua mensagem.

Por esse mosaico de complexidade na interpretação bíblica, é necessário recorrer à revelação com coerência, isenção de ânimo e disposição para mudar concepções, sempre que a Escritura o determine. O intérprete deve permitir se conduzir pela direção do Espírito Santo, tendo em vista o amadurecimento pessoal e a unidade da comunidade de fé. Para isso, é necessário um retorno à inspiração divina e ao cânon como fundamentos hermenêuticos.

Em relação à revelação progressiva, Erickson (2013, p. 180) acertadamente ressalta que “a revelação de Deus foi progressiva, não no sentido de que as verdades anteriores fossem falsas, mas de que foram ampliadas, aprofundadas e finalmente completadas em Jesus Cristo”.

INDICAÇÃO DE VÍDEO:

[Neste vídeo o pastor Raul destaca o contraste entre a teologia conservadora e a teologia liberal, tomando como exemplo a Teologia da Libertação. Enquanto a primeira exalta a Palavra de Deus, a segunda prioriza aspectos sociais da contemporaneidade, enquanto minimiza o preceito bíblico. Assista o vídeo sob o título: **Teologia da Libertação x Teologia Conservadora: Qual Reflete a Verdade Bíblica?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VbZ7Q0j1Ulo>]

LEITURA COMPLEMENTAR

Pedro Henrique Vercelino desenvolve a sua pesquisa voltada para a teologia bíblica. Trata das diversas abordagens da teologia bíblica e das suas relações com a exegese, a hermenêutica e a teologia sistemática. Avança com a relação dela com a pregação expositiva, o aconselhamento e a sua aplicação na igreja. Vercelino, Pedro Henrique. “A relação da teologia bíblica com as demais disciplinas teológicas e sua aplicação prática na vida e ministérios da igreja”. ATIBAIA, 2020. Trabalho disponível em: file:///C:/Users/prjos/Downloads/Introducao_a_Teologia_Biblica_Sua_relaca.pdf. Acesso em 26 jun. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre exegese e teologia bíblica é indispensável para uma compreensão adequada das Escrituras. A exegese, ao examinar o texto em seu contexto imediato, fornece os fundamentos necessários para a formulação teológica, enquanto a teologia bíblica organiza e sistematiza os temas emergentes do texto, respeitando sua diversidade e unidade. Essa interação evita distorções doutrinárias e garante que a teologia cristã se mantenha ancorada no testemunho das próprias Escrituras. Ao considerar o desenvolvimento progressivo da revelação e a contribuição dos diferentes autores bíblicos, compreende-se que a verdade teológica não é imposta ao texto, mas descoberta a partir dele. Portanto, exegese e teologia bíblica não devem ser vistas como disciplinas isoladas, mas como parceiras no processo de escutar e comunicar, com fidelidade, a voz de Deus revelada nas Escrituras.

HORA DE REVISAR

Nesta Unidade verificamos que a teologia bíblica, conforme Vanhoozer (2009, p. 72-73), tem como tarefa descrever a teologia das Escrituras, sendo, portanto, orientadora das regras e categorias de interpretação. Isso exige da hermenêutica um compromisso com o testemunho interno da Bíblia, evitando distorcê-la com dogmas externos. Goldsworthy (2002, p. 25) reforça que a exegese e a teologia bíblica são interdependentes: uma não pode ignorar o contexto teológico maior, nem a outra prescindir da análise textual. Osborne (2009, p. 39, 443, 445) destaca que a teologia bíblica organiza as teologias de passagens e livros específicos em uma visão unificada da fé de Israel e da igreja primitiva, servindo de base para a teologia histórica, sistemática e homilética. Em três etapas — análise de livros individuais, teologia dos autores e desenvolvimento histórico da revelação —, a teologia bíblica sintetiza os dados da exegese e os entrega à sistemática para contextualização. Enquanto a exegese se concentra na estrutura imediata do texto, a teologia bíblica identifica os temas centrais (como salvação, graça e aliança), buscando a unidade por

trás da diversidade textual. Juntas, ambas promovem uma compreensão fiel e integral das Escrituras.

REFERÊNCIAS

CARSON, D. A. New Testament Theology: Developing a Theological Framework. Zondervan, 1996.

ERICKSON, Millard J. Christian Theology. 3ª ed. Baker Academic, 2013.

GOLDSWORTHY, Graeme. **According to Plan**: The Unfolding Revelation of God in the Bible. InterVarsity Press. 2002.

OSBORN, Grant R. **A espiral hermenêutica**: uma nova abordagem à interpretação bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2009.

SIMIAN-YOFRE, Horacio S.J. "A Bíblia entre leitura canônica aberta das Sagradas Escrituras", p. 13-32. In: MAZZAROLO, et al (orgs.). Exegese, teologia e pastoral: relações, tensões e desafios. São Paulo: Academia Cristã & PUC-Rio, 2015.

_____, Horacio S.J. "Morte e ressurreição da Palavra: a Escritura", p. 33-56. In: MAZZAROLO, et al (orgs.). Exegese, teologia e pastoral: relações, tensões e desafios. São Paulo: Academia Cristã & PUC-Rio, 2015.

SOUZA, E. Brasil de. “Métodos contemporâneos de interpretação da Bíblia”, p. 38-59. In: SOUZA, E. Brasil de (ed.). REVISTA TEOLÓGICA DO SALT-IANE. Vol. 1, n. 1. Jan.-jun. 1997.

VANHOOZER, Kevin J. **Is There a Meaning in This Text? The Bible, the Reader, and the Morality of Literary Knowledge**. 10th anniversary ed. Grand Rapids, MI: Zondervan, 2009.

WALTON, John H. **The Lost World of Scripture: Ancient Literary Culture and Biblical Authority**. IVP Academic, 2013.